



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MEC - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO

RESOLUÇÃO IFTM Nº 133, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2020

Processo 23199.010943/2020-28

Dispõe sobre a aprovação do Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agronegócio, concomitante ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio – Polo Ibiá – 2021/1

O CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TRIÂNGULO MINEIRO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 11.892/2008 e as portarias nº 1.319 de 25/07/2018, publicada no DOU de 26/07/2018, nº 1.636 de 10/09/2018, publicada no DOU de 12/09/2018, nº 375, 376, 377 e 378 de 12/03/2020, publicadas no DOU de 16/03/2020, em sessão realizada no dia 16 de dezembro de 2020, RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Técnico em Agronegócio, concomitante ao ensino médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – Campus Patrocínio – Polo Ibiá – 2021/1, conforme anexo.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Uberaba, 16 de dezembro de 2020.

Deborah Santesso Bonnas
Presidente do Conselho Superior do IFTM



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
DO TRIÂNGULO MINEIRO – *CAMPUS* PATROCÍNIO
POLO IBIÁ

**Projeto Pedagógico do Curso Técnico
em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio**

**IBIÁ
2020**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TRIÂNGULO MINEIRO - *CAMPUS* PATROCÍNIO
POLO IBIÁ**

**PRESIDENTE DA REPÚBLICA
Jair Messias Bolsonaro**

**MINISTRO DA EDUCAÇÃO
Milton Ribeiro**

**SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
Wandemberg Venceslau Rosendo dos Santos**

**REITORA
Deborah Santesso Bonnas**

**PRÓ-REITOR DE ENSINO
Márcio Jose de Santana**

**DIRETOR GERAL
Marlúcio Anselmo Alves**

**COORDENADORA GERAL DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO
Margarete Afonso Borges Coêlho**

**COORDENADOR DO CURSO
Marcio Viana Rolim**

**COORDENADOR DO POLO
Airton Martins de Andrade**

NOSSA MISSÃO

Ofertar a Educação Profissional e Tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

VISÃO

Ser uma instituição de excelência na educação profissional e tecnológica, impulsionando o desenvolvimento tecnológico, científico, humanístico, ambiental, social e cultural, alinhado às regionalidades em que está inserido.

ÍNDICE

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL.....	04
2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO.....	05
3 ASPECTOS LEGAIS.....	06
3.1 Legislação referente à criação, autorização.....	06
3.1.1 Criação.....	06
3.1.2 Autorização da Oferta do Curso.....	06
3.2 Legislação referente ao curso.....	06
4 BREVE HISTÓRICO DO <i>CAMPUS</i>.....	08
5 JUSTIFICATIVA.....	10
6 OBJETIVOS.....	14
6.1 Objetivo Geral.....	14
6.2 Objetivos Específicos.....	14
7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR..	15
8 PERFIL DO EGRESSO.....	16
9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA.....	17
9.1 Formas de Ingresso.....	17
9.2 Periodicidade Letiva.....	18
9.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais e/ou semestral.....	18
9.4 Prazo de Integralização da carga horária.....	18
9.5 Organização dos tempos e espaços de aprendizagem.....	19
9.6 Matriz Curricular.....	20
9.7 Resumo da Carga Horária.....	21
9.8 Distribuição da Carga Horária Geral.....	22
10 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA.....	22
11 ATIVIDADES ACADÊMICAS.....	23
11.1 Estágio.....	23
11.1.1 Obrigatório.....	24
11.1.2 Não obrigatório.....	25
11.2 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais.....	25
12 UNIDADES CURRICULARES.....	26
13 INDISSOCIABILIDADE ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO.....	66
13.1 Relação com a Pesquisa.....	67
13.2 Relação com a Extensão.....	68
13.3 Relação com os outros cursos da Instituição (quando houver) ou área respectiva.....	68
14 AVALIAÇÃO.....	69
14.1 Da Aprendizagem.....	69
14.1.1 Sistema de Avaliação, Recuperação da aprendizagem e Aprovação.....	71
14.1.2 Dos Estudos de Recuperação.....	72
14.1.3 Da recuperação paralela.....	73
14.1.4 Da recuperação final.....	74
14.1.5 Estudos de Dependência.....	76
14.2 Auto avaliação do Curso.....	76

15	ATENDIMENTO AO DISCENTE.....	77
16	COORDENAÇÃO DE CURSO.....	79
16.1	Equipe de apoio e atribuições: colegiado do curso, professor orientador de estágio, Núcleo de Apoio Pedagógico e coordenadores, professores....	81
16.1.1	Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)	81
16.1.2	Colegiado de curso.....	82
16.1.3	Professor orientador de estágio.....	83
17	CORPO DOCENTE.....	83
18	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO.....	84
18.1	Corpo técnico administrativo.....	84
19	AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO.....	85
19.1	Salas.....	85
19.2	Biblioteca.....	85
19.3	Laboratório de formação geral.....	86
19.3.1	Laboratório de Informática.....	86
20	RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS.....	87
21	DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO.....	87
	REFERÊNCIAS.....	88

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro

Campus: Patrocínio– MG – Polo Ibiá

CNPJ:10.695.891/0009-59

Endereço: Av. Lúcia Terezinha LassiCapuano, 255 – Bairro Universitário - CEP: 38747-792

Patrocínio – MG.

Sítio: www.iftm.edu.br/patrocínio/

E-mail: dg.ptc@iftm.edu.br / ensino.ptc@iftm.edu.br

Endereço do Polo: Avenida Madre Maria de Jesus, 141 A - Centro - CEP 38950-000 - Ibiá/MG.

Sítio: www.iftm.edu.br/ibia/

Cidade: Ibiá – MG

Telefone: (34) 3631-5787

E-mail: iftmpoloibia@gmail.com

Mantenedora: Prefeitura Municipal de Ibiá

Endereço da Reitoria: Av. Doutor Randolpho Borges Júnior, nº 2900 – Univerdecidade – CEP:
38.064-300 Uberaba-MG

Telefones da Reitoria: Tel:(34)3326-1100/ Fax:(34)3326-1101

Sítio da Reitoria: <http://www.iftm.edu.br>

Mantenedora: Ministério da Educação (MEC)

2 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Curso: Curso Técnico de Nível Médio em Agronegócio.

Titulação conferida: Técnico em Agronegócio.

Forma: Concomitância Externa.

Modalidade: Presencial

Eixo Tecnológico: Recursos Naturais.

Turnos de funcionamento: Noturno

Integralização - Mínima: Quatro semestres

Máxima: Oito semestres

Carga horária total: 1300 horas

Nº de vagas ofertadas: 30

Ano da 1ª Oferta: 2021

Ano de vigência deste PPC: 2021

Comissão Responsável pela Elaboração do Projeto:

Portaria nº 056 de 27 de junho de 2019

Ricardo William Pinheiro

César Augusto Alves Silva

Diego Marlon Assunção

Rafael Luiz Gondim

Vicente Luiz da Silva Júnior

Maura Heloisa Xavier

Margarete Afonso Borges Coêlho
Coordenadora Geral de Ensino, Pesquisa e
Extensão do *Campus* Patrocínio

Marlúcio Anselmo Alves
Diretor Geral do *Campus* Patrocínio
Carimbo e Assinatura

3 ASPECTOS LEGAIS

3.1 Legislação referente à criação, autorização.

3.2.1 Criação.

- Portaria nº 056, de 27 de junho de 2019.

3.2.2 Autorização da Oferta do Curso.

Aguardando emissão de portaria de oferta do curso, após aprovação do CONSUP.

3.3 Legislação referente ao curso

- Lei Federal nº. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997. Trata-se de Educação para o Trânsito, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.
- Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Trata-se da Educação Ambiental, que dispõe sobre a Política Nacional da Educação Ambiental.
- Resolução CNE/CEB nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras – e dá outras providências.
- Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
- Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria que dispõe sobre o Estatuto do Idoso.
- Parecer CNE/CP nº 03, de 10 de março de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

- Resolução nº 01, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico - Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do Art. 36 e os Art. 39 a 41 da Lei Federal nº. 9394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências.
- Parecer CNE/CEB nº 39, de 08 de dezembro de 2004. Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio.
- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.
- Parecer CNE/CEB Nº 11, de 12 de junho de 2008. Proposta de instituição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Resolução CNE/CEB nº 03, de 09 de julho de 2008. Dispõe sobre a instituição e implantação do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional tecnológica.
- Portaria MEC nº 870, de 16 de julho de 2008. Aprova o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, elaborado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.
- Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes.
- Lei nº 11.645, de 29 de dezembro de 2008. Institui a obrigatoriedade de incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.
- Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009. Trata-se da Educação alimentar e nutricional, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da Educação Básica.
- Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH 3. (Educação em Direitos Humanos).
- Resolução nº 01, de 30 de maio de 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

- Resolução nº 04, de 06 de junho de 2012. Dispõe sobre alteração na Resolução CNE/CEB nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio.
- Resolução nº 02, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- Resolução nº 06, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional Técnica de Nível Médio e suas alterações.
- Resolução CNE/CEB nº 01, de 05 de dezembro de 2014. Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012.
- Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
- Lei nº 13.425, de 30 de março de 2017. Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nos 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil; e dá outras providências.
- Parecer CNE/CP nº 7, de 19 de maio de 2020. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei nº 11.741/2008, que deu nova redação à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).
- Decreto nº 10.502 de 30 de setembro de 2020 - Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

4 BREVE HISTÓRICO DO CAMPUS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM), criado em 29 de dezembro de 2008, pela Lei nº 11.892, é uma Instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de

conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas. O IFTM, sendo composto por uma Reitoria e seus *campi*, é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC) e supervisionada pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) (IFTM, 2014).

Em Patrocínio, o IFTM iniciou suas atividades como Polo do *Campus* Uberaba em 03 de agosto de 2009, por meio do Termo de Mútua Cooperação realizado com a Prefeitura Municipal da cidade, visando, inicialmente, à criação do curso Técnico em Informática Concomitante ao Ensino Médio. Localizado na Avenida Lúria Terezinha LassiCapuano, n.º. 255, Bairro Universitário, em uma área de três hectares, doada pela Fundação Comunitária Educacional e Cultural de Patrocínio. Sua sedefoi inaugurada em fevereiro de 2010.

Nesse mesmo ano, o Polo foi transformado em *Campus* Avançado, e, com vistas ao atendimento da demanda pelos profissionais das áreas de Gestão e Negócios, Controle e Processos Industriais, Comunicação e Informação, passou a ofertar também os cursos Técnicos em Eletrônica e Contabilidade Concomitantes ao Ensino Médio, bem como o curso Superior de Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No ano de 2013, por meio da Portaria MEC n.º. 330, de 23 de abril, o *Campus* Avançado Patrocínio recebeu sua autorização de funcionamento, compondo, assim, a nova estrutura organizacional do IFTM como um de seus *Campi*.

Diante dessa conquista foi possível a implementação dos cursos técnicos integrados ao Ensino médio em Administração, Eletrônica e Manutenção e Suporte em Informática, bem como o curso superior de tecnologia em Gestão Comercial, sedimentando, assim, o princípio da verticalização, um dos fundamentos dos Institutos Federais.

Em 2015, foi implantada a unidade gestora (UG) no *Campus*, o que possibilitou à instituição tornar-se independente administrativamente do *Campus* Uberaba, podendo realizar suas próprias licitações e gestão financeira.

Nesse contexto de expansão, em 2017, a instituição também passou a ofertar o curso de graduação em Engenharia Elétrica. A proposta de criação desse curso ocorreu em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Em 2018 o *Campus* Patrocínio do IFTM passou a ofertar o curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Estratégica de Negócios.

O IFTM teve início em Ibiá no ano de 2009, como polo do *Campus* Uberaba, com a primeira oferta de um Curso Técnico em Informática.

No ano de 2010 o Polo expandiu, e foram ofertados mais dois Cursos Técnicos, sendo eles, Contabilidade e Eletrotécnica.

O IFTM Polo de Educação Presencial de Ibiá, hoje, localizado na Avenida Madre Maria de Jesus, 141A, tendo como mantenedora a Prefeitura Municipal de Ibiá, e operado pelo IFTM *Campus* Patrocínio tem como missão, ofertar a educação profissional e tecnológica por meio do Ensino, Pesquisa e Extensão promovendo o desenvolvimento na perspectiva de uma sociedade inclusiva e democrática.

Atualmente o Polo conta com os Cursos Técnicos a Nível Médio em Informática, Contabilidade e Eletrotécnica. Além disso, o Centro de Idiomas – CENID, com o Curso de Inglês.

5 JUSTIFICATIVA

O município de Ibiá possui 590 empresas (IBGE, 2017), divididas entre segmentos distintos como, serviços, indústrias, comércio local e agronegócio, mantendo a diversificação em relação às empresas. Há empresas voltadas ao comércio local geral, telecomunicações, agronegócio, automotivo, imóveis, materiais de construção em geral, construtoras, clínicas dentre outras.

Em relação ao agronegócio local, o município de Ibiá ocupa a 15ª posição do PIB agropecuário do estado de Minas Gerais e 66ª posição a nível nacional (IBGE/2011) e é sede da maior indústria da Nestlé da América Latina em produção de leite em pó, demandando a criação de gado de leite e a presença de usinas ligadas a produção sucroalcooleira. As características produtivas apresentadas demandam extensas áreas de terra destinadas à agricultura e pastagem, tendo Ibiá 168.521.006 hectares de terras utilizadas pelos produtores, divididos em 819 estabelecimentos agropecuários.

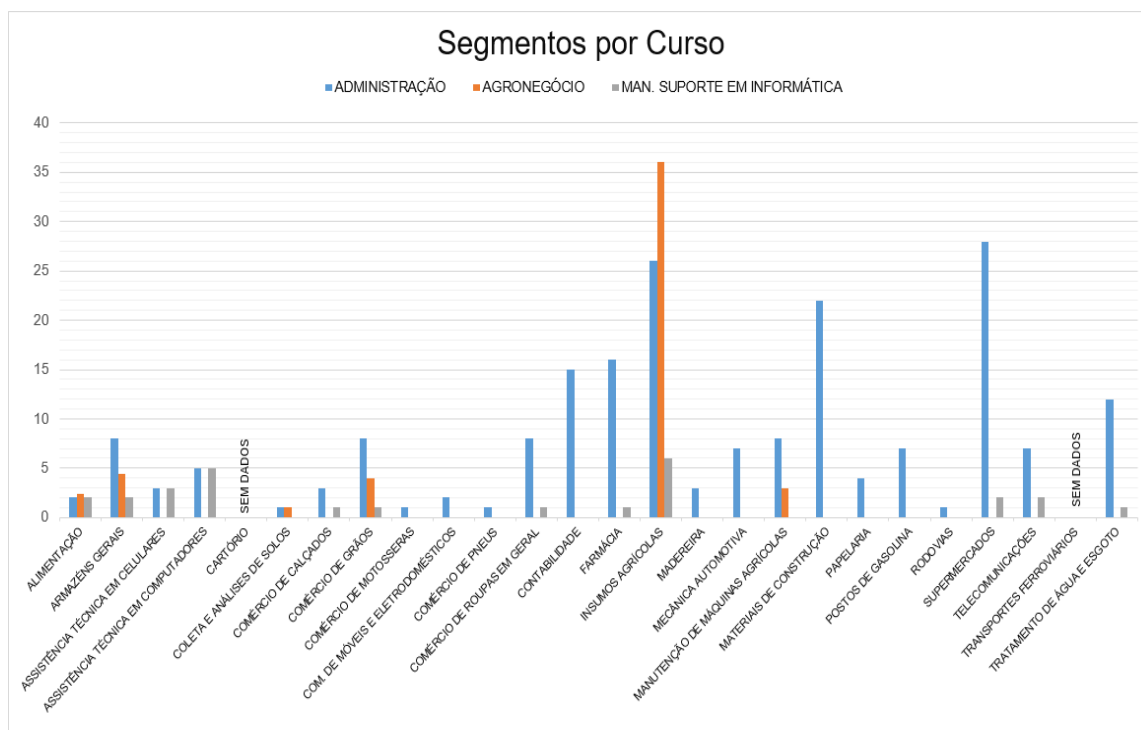
Baseado nas pesquisas do IBGE/2017 Ibiá mantém um efetivo de 5.150 pessoas lotadas em estabelecimentos agropecuários.

Diante disso, entende-se que o mercado de trabalho para o egresso do curso em questão poderá ser voltado às empresas dos diversos setores de serviços, indústrias e comércio.

Em abril de 2019, o IFTM Polo Ibiá realizou uma pesquisa *in loco*, em empresas de diversos segmentos, na cidade de Ibiá, para levantamento de informações sobre a demanda das empresas a fim de compreender a real necessidade das mesmas em relação aos cursos que poderiam ser ofertados pelo Polo, tratando-se aqui, especificamente da demanda pelo curso de Técnico em Agronegócio.

A pesquisa foi realizada em sessenta e duas empresas, das quais foram levantados dados considerando tanto a quantidade de colaboradores e como as dificuldades encontradas para a contratação de um determinado profissional. Assim, foi possível levantar a demanda específica dessas empresas em relação aos cursos, a qual se apresenta no Gráfico 01.

Gráfico 01: Segmentos das empresas, por curso.



(Fonte: Dados do pesquisador, 2019)

Após análise do gráfico, nota-se que Agronegócio se encaixa na maior parte dos segmentos das empresas. Pode-se afirmar que a pesquisa mostra que a empregabilidade na área de Agronegócio é alta, o que gera uma demanda por profissionais que poderá ser atendida pelos egressos do curso a que se trata esse documento.

A percepção dos pesquisadores, professores do IFTM Polo Ibiá, em relação aos dados coletados mostra que a grande maioria das empresas apresentou interesse no resultado da pesquisa, sob o ponto de vista profissional e educacional voltado a Ibiá.

Já o levantamento de demanda escolar foi realizado em junho de 2018, nas escolas de ensino médio das redes estadual e particular em Ibiá, para levantamento de informações baseado nas intenções e pretensões dos alunos.

As respostas dos alunos que responderam a pesquisa mostraram que 240 alunos apresentaram interesse pelo Curso Técnico em Agronegócio. Por meio dos resultados

apresentados pela pesquisa, notou-se grande interesse por parte dos alunos em relação a oferta de novos cursos, inclusive o de Técnico em Agronegócio.

Diante do exposto, pode-se inferir que existe a expectativa de bons números considerando esse interesse, conforme dados apresentados no Quadro 01.

Quadro 01: Preferência dos alunos participantes – Escolas Estaduais/EJA

ENSINO MÉDIO - ESCOLAS ESTADUAIS - ENSINO JOVENS E ADULTOS - EJA					
CURSOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	PRONATEC	TOTAL / CURSO
Agronegócio	8	5	10	10	33
Administração	5	2	3	6	16
Manutenção e Suporte em Informática	6	4	5	6	21
MARCARAM DUPLICADO					
Agronegócio e Administração	1	0	0	0	1
Agronegócio e Manutenção	0	0	0	0	0
Administração e Manutenção	0	0	0	0	0
Não Responderam	0	0	0	0	0
TOTAL DE ALUNOS PARTICIPANTES	20	11	18	22	71

(Fonte: Dados da pesquisa, 2018)

Quadro 02: Preferência dos alunos participantes – Escolas Particulares/Estaduais

ENSINO MÉDIO - ESCOLAS PARTICULARES E ESTADUAIS					
CURSOS	1º Ano	2º Ano	3º Ano	S/ Inf. de ano	TOTAL / CURSO
Agronegócio	38	41	30	34	143
Administração	52	32	27	36	147
Manutenção e Suporte em Informática	20	12	17	14	63
MARCARAM DUPLICADO					
Agronegócio e Administração	3	0	1	0	4
Agronegócio e Manutenção	0	0	0	1	1
Administração e Manutenção	0	0	0	2	2
Não Responderam	5	5	4	3	17
TOTAL DE ALUNOS PARTICIPANTES	118	90	79	90	377

(Fonte: Dados da pesquisa, 2018)

É importante ressaltar também que existe entre os egressos do Polo Ibiá, a intenção de ingressar em novos cursos, tendo em vista ampliar sua capacitação e sua busca por melhores oportunidades de trabalho. Entende-se que os egressos mantêm esse interesse baseado nas demandas da cidade em relação a esses cursos.

As transformações sociais da atualidade têm gerado mudanças profundas no mundo do trabalho. Os desafios estão relacionados aos avanços tecnológicos e às novas expectativas das

empresas, que agora enfrentam mercados globalizados, extremamente competitivos, os quais exigem mais qualidade com menor custo.

Nesse cenário, amplia-se a necessidade e a possibilidade de formar jovens capazes de lidar com o avanço da ciência e da tecnologia, prepará-los para se situar no mundo contemporâneo, participando de forma proativa na sociedade e no mundo do trabalho.

O Polo Ibiá do IFTM - *Campus* Patrocínio, ao ofertar o Curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio pretende aliar a formação profissional à contextualização do mundo contemporâneo, para que esse profissional ao administrar ou gerenciar um empreendimento, adote uma visão sistemática e crítica da realidade social, cultural, econômica e ambiental do meio onde está inserido.

Considerando o arranjo produtivo local, necessários para a oferta do Curso Técnico em Agronegócio, é possível observar um alinhamento com esse profissional, que será qualificado para atuar na área de gestão e negócios, capaz de executar as funções gerais de apoio administrativo em empresas ligadas ao agronegócio, com ética e responsabilidade. Além disso, se tem como objetivo capacitar os alunos para atuarem como pequenos empreendedores, por meio do estudo e aplicação de técnicas de planejamento, organização, coordenação e controle dos processos administrativos e das relações interpessoais dentro do contexto do agronegócio contribuindo para um maior rendimento da empresa e satisfação de seus colaboradores.

Em face das considerações relatadas e diante da necessidade de fortalecer o papel dos Institutos Federais frente à formação profissional dos estudantes, seja em nível regional ou nacional, levando-se em consideração as demandas do contexto atual, o Curso Técnico em Agronegócio foi estruturado com o objetivo de complementar a oferta de cursos do Polo Ibiá. Esse curso visa, portanto, expandir e democratizar a oferta de Ensino Técnico, proporcionando à comunidade um ensino de qualidade por meio da formação integral do ser humano, abordando a complexidade da realidade econômica, política e social nacional e internacional, tendo em vista as necessidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade.

Outro aspecto relevante é quanto à natureza social da área do agronegócio, presente nos processos de comercialização, suprimento, armazenamento, movimentação de materiais e no gerenciamento de recursos financeiros e humanos, que dá ao técnico em agronegócio possibilidades de executar funções de apoio administrativo, desenvolver habilidades para lidar com pessoas, capacidade de comunicação e visualizar a empresa de maneira sistêmica.

Tais características fazem com que os profissionais formados nessa área possam trabalhar em vários segmentos do mercado, contribuindo para o desenvolvimento da economia local, garantindo aos egressos do Curso Técnico em Agronegócio maior empregabilidade, bem

como maior mobilidade no interior de uma mesma organização na qual se integram unidades de natureza e/ou de portes distintos.

Nessa perspectiva, o Polo Ibiá do IFTM se propõe a oferecer o Curso Técnico em Agronegócio de Nível Médio, na forma concomitante, presencial, por entender que estará contribuindo para a elevação da qualidade dos serviços prestados à sociedade, formando o Técnico em Agronegócio, por meio de um processo de apropriação e de produção de conhecimentos científicos e tecnológicos, capaz de contribuir com a formação humana integral e com o desenvolvimento socioeconômico da região articulado aos processos de democratização e justiça social.

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

Formar e qualificar profissionais com conhecimento técnico em Agronegócio, para participar no desenvolvimento da sociedade, colaborando na sua formação contínua e oferecer atualização e aperfeiçoamento dos profissionais na área tecnológica agropecuária, bem como desenvolver projetos sustentáveis adequando-os as necessidades regionais, rurais e sociais.

6.2 Objetivos Específicos

Dentre os objetivos específicos a serem alcançados com a oferta do Curso Técnico em Agronegócio, destacam-se os seguintes:

- Formar técnicos em Agronegócio, preparados para desenvolver ações pontuais objetivando e viabilizando a mudança nas cadeias produtivas do agronegócio introduzindo as novas formas de gestão priorizando bem estar comunitário;
- Identificar problemas de gestão da propriedade rural e de produção agropecuária;
- Reconhecer os processos e sistemas agroindustriais e de melhoria da qualidade de produtos e serviços agropecuários;

- Promover ações de gestão agropecuária e de comercialização;
- Implementar técnicas de comercialização para melhoria de processos;
- Verificar a viabilidade econômica, financeira, mercadológica e social de cooperativas e associações;
- Agregar valor a produtos agrícolas oriundos da agricultura familiar, melhorando assim seus rendimentos;
- Incentivar a introdução de métodos de produção agropecuária que priorizam o aumento da produtividade, a preservação do solo e qualidade de vida dos que moram no campo;
- Estimular atividades alternativas para aumentar as opções de renda dos que vivem no campo.

7 PRINCÍPIOS NORTEADORES DA CONCEPÇÃO CURRICULAR

O currículo dos cursos técnicos será orientado pelos seguintes princípios:

- I - Formação integral do estudante, expressa por valores, aspectos físicos, cognitivos, socioemocionais e a preparação para o exercício das profissões técnicas.
- II - Projeto de vida como estratégia de reflexão sobre trajetória escolar na construção das dimensões pessoal, cidadã e profissional do estudante;
- III - Pesquisa como prática pedagógica para inovação, criação e construção de novos conhecimentos;
- IV - Trabalho assumido como princípio educativo, tendo sua integração com a ciência, a tecnologia e a cultura como base da proposta político-pedagógica e do desenvolvimento curricular;
- V - Respeito aos direitos humanos como direito universal;
- VI - Compreensão da diversidade e realidade dos sujeitos, considerando, entre outras, as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades, as pessoas em regime de acolhimento ou internação e em regime de privação de liberdade; das formas de produção de trabalho e das culturas;
- VII - Sustentabilidade ambiental;
- VIII - Indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos protagonistas do processo educativo;

- IX - Indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem.
- X - Respeito aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, na perspectiva do desenvolvimento para a vida social e profissional;
- XI - Articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental dos territórios onde os cursos ocorrem, devendo observar os arranjos socioprodutivos e suas demandas locais, tanto no meio urbano quanto no campo;
- XII - Reconhecimento das identidades de gênero e étnico-raciais, assim como dos povos indígenas, quilombolas e populações do campo;
- XIII - Reconhecimento das diversidades das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes, as quais estabelecem novos paradigmas;
- XIV - Identidade dos perfis profissionais de conclusão de curso, que contemplem conhecimentos, competências e saberes profissionais requeridos pela natureza do trabalho, pelo desenvolvimento tecnológico e pelas demandas sociais, econômicas e ambientais;
- XV - Respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
- XVI - Observância ao tratamento metodológico que evidencie a contextualização, flexibilidade, diversificação, atualização, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade, ou outras formas de interação e articulação entre diferentes campos de saberes específicos, envolvendo as múltiplas dimensões do eixo tecnológico do curso e das ciências e tecnologias a ele vinculadas, contemplando vivências práticas e vinculando a educação escolar ao mundo do trabalho e à prática social.
- XVII - Interdisciplinaridade assegurada no planejamento curricular e na prática pedagógica, visando à superação da fragmentação de conhecimentos e da segmentação e descontextualização curricular.

8 PERFIL DO EGRESSO

Considerando o novo perfil traçado pelo Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos e em atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissionalizante Técnica de Nível Médio, além da observância às tendências nacionais e internacionais da profissão de técnico, o egresso do Curso Técnico em Agronegócio estará apto a:

- Oferecer apoio técnico as cadeias produtivas e seus segmentos;

- Planejar a gestão eficaz dos custos de produção;
- Dar assessoria em gestão técnica, comercialização e extensão rural;
- Adequar às inovações tecnológicas na Agroindústria;
- Executar ações para promoção e gerenciamento de organizações associativas e cooperativas;
- Atuar como parceiro do produtor rural, por meio de técnicas inovadoras sustentáveis;
- Ter uma visão empreendedora para melhoria da qualidade de vida do produtor rural;
- Identificar oportunidades e acompanhar planos e estratégias de marketing aplicadas ao Agronegócio;
- Respeitar as normativas ambientais, de saúde e segurança do trabalho, bem como valores estéticos e éticos.

9 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR E ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

9.1 Formas de Ingresso

O ingresso no Curso Técnico em Agronegócio na modalidade concomitante ao Ensino Médio, no Polo Ibiá, far-se-á por meio de processo seletivo, aberto ao público, a partir do número de vagas estipulado no item dois - Identificação do Curso - de acordo com as normas estabelecidas em edital próprio, sendo que o estudante interessado em se inscrever deverá ter concluído ou estar cursando o ensino médio.

O ingresso também poderá ocorrer por meio de transferência interna e/ou externa de acordo com a disponibilidade de vagas remanescentes, respeitando o regulamento do IFTM e edital próprio.

O processo seletivo será divulgado por meio de edital publicado no site institucional, com indicação dos requisitos, condições e sistemática do processo, além do número de vagas oferecidas. A aprovação e ingresso dos candidatos obedecerão ao processo classificatório, sendo admitido o número de candidatos indicados no edital de seleção.

As matrículas serão efetuadas seguindo a ordem de classificação dos candidatos, nos locais e horários definidos no cronograma estabelecido pelo IFTM *Campus* Patrocínio e nos

termos regimentais.

Ocorrendo desistência ou cancelamento da matrícula, os candidatos não classificados na primeira chamada poderão ser convocados, sendo que a segunda e as demais convocações dar-se-ão a partir do primeiro dia após o término do período da convocação anterior. As convocações serão divulgadas no sítio www.iftm.edu.br. Se necessário, a instituição poderá entrar em contato diretamente com o (s) candidato (s) classificado (s).

No ato da matrícula, será exigida a documentação relacionada no edital para o processo seletivo do referido curso. A renovação da matrícula deverá ser efetuada pelo educando ou, se menor, pelo seu representante legal após o encerramento de cada período letivo, conforme definido no calendário acadêmico.

9.2 Periodicidade Letiva

Matrícula – periodicidade letiva: semestral.

9.3 Turno de funcionamento, vagas, nº de turmas e total de vagas anuais e/ou semestral

Turno de funcionamento: noturno

Vagas/ turma: 30

Nº de turmas/semestre: 01 turma semestral

Total de vagas: 30 vagas

9.4 Prazo de Integralização da carga horária

Integralização: 1.300 horas

Mínima: 04 semestres

Máxima: 08 semestres

9.5 Organização dos tempos e espaços de aprendizagem

Considerando as transformações constantes nos campos político, econômico, social e cultural, a organização social tem se estruturado de formas distintas em conformidade com seu percurso histórico.

Nesse contexto entende-se que a escola, *locus* privilegiado para a construção do conhecimento, precisa se adequar a essas mudanças proporcionando a reflexão sobre as formas de organização dos espaços escolares, com vistas ao atendimento tanto das demandas sociais como a formação dos discentes.

A realidade posta às escolas instiga o (re) pensar sobre os tempos e espaços escolares que há muito vinham se organizando de maneira a reforçar a fragmentação do conhecimento. Tem-se que, por um longo período, a sala de aula foi o único espaço destinado ao processo do ensinar e aprender. Nesta mesma direção, o tempo da escola e, também nela, tem sido fragmentado, confluindo na desintegração dos conhecimentos a serem construídos pelos discentes.

No entanto as demandas sociais atuais estabelecem novas exigências no que se refere aos aspectos de formação mais ampla e cidadã. Atualmente, repensar os espaços e os tempos de aprendizagens na escola torna-se fundamental devido à evolução tecnológica, comunicacional e informacional que influencia diretamente os processos construtivos da aprendizagem, contribuindo para que estes passem a considerar as experiências vivenciadas pelos discentes no seu cotidiano, tornando-se mais significativos.

Com a Internet e as redes de comunicação em tempo real, surgem novos espaços de aprendizagem, que modificam e ampliam o que era feito em sala de aula. Antes o docente se restringia ao espaço da sala de aula, agora deve gerenciar também atividades a distância, visitas técnicas, orientação de projetos, ou seja, flexibilizando o tempo de estada em aula e incrementando outros espaços e tempos de aprendizagem (MORAN, 2004).

Nessa perspectiva, o Curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio assegura aos discentes tempos e espaços diversificados para o compartilhamento do conhecimento, proporcionando atividades formativas em salas de aula equipadas com aparelhos multimídia, em laboratórios informatizados com acesso à internet, além das visitas técnicas. Estas últimas, em especial, possibilitam uma melhor compreensão do campo de atuação profissional, favorecendo a articulação entre teoria e prática.

Ademais, também são realizadas atividades que contemplem a interdisciplinaridade como uma possibilidade para um ensino mais integrado e articulado entre os diferentes saberes, preconizando a formação integral do aluno.

O referido curso tem a duração de três semestres, organizado em três períodos semestrais com aulas diárias, compreendendo horários de cinquenta minutos, de forma geminada ou não. Para além dos tempos e espaços preestabelecidos, os discentes têm a oportunidade de realizarem atividades de pesquisa e/ou extensão, colaborando para a difusão dos conhecimentos científicos e tecnológicos na comunidade local, por meio de ações dialógicas que envolvem o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura, pautadas nos princípios e valores necessários ao exercício da profissão e ao convívio social.

9.6 Matriz Curricular

TÉCNICO EM AGRONEGÓCIO				
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
1º	Introdução ao Agronegócio	33h20	00h	33h20
	Agricultura Familiar	33h20	00h	33h20
	Informática	50h00	16h40	66h40
	Marketing	33h20	33h20	66h40
	Matemática Financeira e Aplicada	66h40	00h	66h40
	Comunicação e Redação Profissional	33h20	00h	33h20
SUBTOTAL		250h00	50h00	300h00
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
2º	Legislação Trabalhista e Gestão de Pessoas	66h40	00h	66h40
	Cadeias Produtivas - Hortifruticultura	66h40	00h	66h40
	Tecnologia Aplicada a Produção Agropecuária	33h20	33h20m	66h40
	Contabilidade e Gestão de Custo do Agronegócio	66h40	00h	66h40
	Segurança do Trabalho	33h20	00h	33h20
SUBTOTAL		266h40	33h20m	300h00
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total

3º	Legislação e Gestão Ambiental	66h40	00h	66h40
	Cadeias Produtivas – Carne, Leite e Derivados	33h20	33h20	66h40
	Associativismo e Cooperativismo	66h40	00h	66h40
	Economia e Gestão Financeira	33h20	33h20	66h40
	Projeto Integrador I	16h40	16h40	33h20
	SUBTOTAL	216h40	83h20	300h00
PERÍODO	UNIDADE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total
4º	Legislação Agrária	33h20	00h	33h20
	Cadeias Produtivas - Grandes Culturas	33h20	33h20	66h40
	Comercialização	16h40	16h40	33h20
	Mecanização e Automação	33h20	33h20	66h40
	Logística Agroindustrial	16h40	16h40	33h20
	Projeto Integrador II	00h	33h20	33h20
	Optativa	33h20	00h	33h20
	SUBTOTAL	166h20	133h40	300h00
	SUBTOTAL GERAL	899h40	300h20	1.200h00
	ESTÁGIO OBRIGATÓRIO	100h00		
	TOTAL	1300h00		

UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS			
UNIDADES CURRICULARES	CARGA HORÁRIA		
	TEÓRICA	PRÁTICA	TOTAL
Libras	33h20	00h	33h20
Gestão da Qualidade	16h40	16h40	33h20
Negociação Empresarial	16h40	16h40	33h20

9.7 Resumo da Carga Horária

1º período: **300h00**

2º período: **300h00**

3º período: **300h00**

4º período: **300h00**

Total: **1.200h**

9.8 Distribuição da Carga Horária Geral

Unidades Curriculares Obrigatórias: 1.166h40

Estágio: 100h00

Unidade Curricular Optativa:33h20

Carga Horária total: **1.300h00**

10 CONCEPÇÃO METODOLÓGICA

O Curso Técnico em Agronegócio busca criar recursos para que os educandos possam construir competências capazes de habilitá-los às mais diversas atividades na área de Agronegócio, e ainda, que trabalhem em equipe – com iniciativa, criatividade e sociabilidade – sendo capazes de enfrentar os desafios e as complexidades deste novo universo de conhecimentos.

Busca, ainda, que os técnicos em Agronegócio formados no IFTM *Campus* Patrocínio – Polo Ibiá trabalhem sempre pautados na ética e valores morais que constituem um cidadão profissional.

Ao integrar trabalho, ciência, tecnologia, cultura e a relação entre sujeitos, busca-se uma metodologia que permita ao educando adquirir conhecimentos e compreender a tecnologia para além de um conjunto de técnicas, isto é, como construção social e histórica, instrumento de inovação e transformação das atividades econômicas em benefício do cidadão, do trabalhador e do país.

Para que se tenha um profissional cidadão deve-se levar o estudante, a desenvolver habilidades básicas, tais como: ler e escrever bem, saber ouvir e comunicar-se de forma eficiente; ampliar habilidades socioemocionais: tais como responsabilidade, autoestima, resiliência, urbanidade, sociabilidade, integridade, autocontrole, empatia, solução de problemas, criticidade, entre outros.

O curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio pauta-se na busca por uma concepção curricular interdisciplinar, contextualizada e transdisciplinar, de forma que as marcas das linguagens, das ciências, das tecnologias estejam presentes em todos os componentes, inter cruzando-se e construindo uma rede entre o teórico e o prático, o conceitual

e o aplicado. Que o aprender a aprender, o aprender a conviver, o aprender a ser e o aprender a fazer, sejam constantes em todos os momentos de aprendizagem.

Nesse sentido, destacamos alguns recursos metodológicos que poderão ser utilizados pelos professores:

- Provas;
- Método de ensino orientado por projetos;
- Prática em laboratórios e oficinas;
- Realização de pesquisas como instrumento de aprendizagem;
- Utilização de tecnologias de informação e comunicação;
- Realização de visitas técnicas;
- Promoção de eventos;
- Realização de estudos de caso;
- Promoção de trabalhos em equipe;
- Seminário;
- Dinâmica de grupo;
- Atividades *online*;
- Avaliação diagnóstica;
- Resolução de problemas.

11 ATIVIDADES ACADÊMICAS

11.1 Estágio

De acordo com a Lei 11.788, de 25/09/2008, a Orientação Normativa nº 7, de 30 de outubro de 2008, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e do Regulamento de Estágio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM, o estágio escolar supervisionado caracteriza-se como ato educativo, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à complementação do ensino-aprendizagem, a adaptação do estudante à atividade profissional, oportunizando o exercício da profissão.

O Art. 6º da Resolução “Ad Referendum” nº 45/2020, que estabelece sobre o regulamento de estágio dos cursos do IFTM, dispõe suas finalidades:

- Constituir experiência acadêmico-profissional vinculada ao processo de ensino aprendizagem;
- Promover a inserção do estudante nas relações sociais, econômicas, científicas, políticas, éticas e culturais, bem como a adaptação ao mundo do trabalho;
- Desenvolver competências profissionais em situações reais de trabalho;
- Propiciar ao estudante oportunidades de desenvolvimento social e pessoal.

11.1.1 Obrigatório

O estágio curricular supervisionado do curso Técnico em Agronegócio contempla 100 horas e seu início dar-se-á a partir do terceiro período letivo do curso.

Para iniciar as atividades, o educando deverá procurar o coordenador de estágio, solicitar a documentação necessária incluindo os trâmites legais, sendo necessário um professor orientador, preferencialmente da área objeto do estágio, sendo que este deverá ser docente do IFTM.

Antes e durante o estágio deverão ser programadas reuniões entre o educando e o orientador, tendo como objetivos:

- Analisar as atribuições e responsabilidades do estagiário no âmbito profissional;
- Auxiliar o estudante quanto à elaboração do plano de atividade de estágio, de relatórios em observância a legislação e normas pertinentes ao estágio.

O estágio curricular supervisionado só será aprovado pela Instituição, após receber da empresa concedente todos os documentos referentes à avaliação do estagiário. O educando deverá apresentar relatório referente ao estágio que será realizado em conformidade com a Resolução nº 22/2011, que aprova o Regulamento de Estágio do IFTM.

Os estudantes que exercerem atividades profissionais diretamente relacionadas ao curso, na condição de empregados devidamente registrados, autônomos ou empresários, durante o período de realização do curso, poderão aproveitar tais atividades como estágio, desde que previstas no plano de aproveitamento de estágio e contribuam para complementar a formação profissional.

A aceitação do exercício de atividades profissionais como estágio, dependerá de parecer do coordenador do curso e professores da área, que levarão em consideração o tipo de atividade desenvolvida e o valor de sua contribuição para complementar a formação profissional.

A avaliação realizar-se-á, simultaneamente e ao final do estágio, pelo professor orientador e pelo supervisor da concedente, por meio dos seguintes instrumentos avaliativos:

- I. avaliação do supervisor da concedente;
- II. relatório final avaliado pelo professor orientador;
- III. apresentação oral de estágio, avaliada por banca indicada pelo professor orientador e pela coordenação de estágio.

11.1.2 Não obrigatório

O educando do Curso Técnico em Agronegócio Concomitante ao Ensino Médio poderá também realizar o estágio não obrigatório ou de enriquecimento da formação profissional, ou seja, aquele que não constitui atividade obrigatória, durante ou ao final do curso, permitindo a ele adquirir experiências que sejam pertinentes às áreas de conhecimento e de atuação abrangidas pelo curso.

A carga horária do estágio de caráter optativo e não obrigatório poderá ser acrescida à carga horária regular e obrigatória e, ainda, ser aproveitado como parte das Atividades Complementares, de acordo com a Resolução IFTM nº 28, de 23 de abril de 2015, que dispõe sobre a revisão/atualização do regulamento das atividades complementares dos cursos do IFTM.

O acompanhamento das atividades de estágio será feito por um professor designado para esse fim, que dará as devidas orientações e os encaminhamentos necessários ao conjunto das atividades, quando for o caso, bem como sua comprovação, conforme disposto na regulamentação.

11.2 Atividades Acadêmicas, Científicas e Culturais

Além das atividades em sala de aula, a Instituição proporciona frequentemente, de forma optativa, atividades de cunho científico e/ou cultural, seguindo orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 tais como:

- Monitorias;
- Projetos de extensão;
- Semanas técnicas;
- Projetos de iniciação científica;
- Projetos de ensino;
- Visitas orientadas por docentes etc.

Tais atividades devem ser estimuladas como estratégia didática para garantir a interação teoria-prática, bem como acrescentar ainda mais conhecimento aos estudantes, levando-os a realizar pesquisas e a desenvolver outras atividades sociais.

12 UNIDADES CURRICULARES

Unidade Curricular: INTRODUÇÃO AO AGRONEGÓCIO			
	Carga Horária		
Período	Teórica	Prática	Total
1º	33h20	00h	33h20
Ementa			
<p>Conceitos e importância do Agronegócio no Brasil e no mundo; Evolução e cenários atuais do Agronegócio; Agroindustrialização e modernização do Agronegócio brasileiro; A evolução do setor agrícola brasileiro. Os ciclos da agricultura brasileira. O crescimento do agronegócio. Definições de agronegócio e suas características, A evolução do setor agrícola e pecuário no Brasil. Fundamentos da iniciativa nos negócios agropecuários.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender as noções introdutórias do Agronegócio e suas cadeias produtivas; 			

- Apresentar a importância do Agronegócio do Brasil e no mundo;
- Capacitar os acadêmicos a compreender a gestão das empresas no Agronegócio e na Agroindustrialização;
- Proporcionar ampla visão da importância do Agronegócio do Brasil no mundo, o crescimento da demanda global por produtos do agronegócio;
- Apresentar as ferramentas gerenciais para a gestão de empresas rurais inseridas em contexto de cadeias;
- Estimular o aluno e interagir com os negócios agropecuários.

Bibliografia Básica

ARAÚJO, Massilon J. **Fundamentos de agronegócios**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BATALHA, M. O. (Coord.) **Gestão do Agronegócio**. São Carlos: EdUFSCar, 2005.

ILHA, A. S.; FREITAS, C. A. (Organizadores). **O agronegócio brasileiro e o comércio internacional**. Curitiba: Editora CRV, 2009.

Bibliografia Complementar

CALLADO, Antônio André Cunha. **Agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, Judas Tadeu Grassi; PADILHA JUNIOR, João Batista. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

NAVES, Marcos Fava; ZYLBERSZTAJN, Decio; NEVES, Evaristo Marzabal. **Agronegócio do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

NAVES, Marcos Fava (Coord.). **Agronegócio e desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2011.

NOVAES, A. G. **Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

Unidade Curricular: AGRICULTURA FAMILIAR

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	1º	33h20	00h

Ementa

Construção de conceitos a respeito da Agricultura Familiar; Observação da Importância histórica e contemporânea da produção agropecuária familiar; Caracterização dos sistemas de produção familiar; Relação entre sustentabilidade dos agroecossistemas e sistemas de produção agropecuários familiares; Observação de aspectos econômicos, sociais e ambientais da atividade produtiva familiar; Inovação tecnológica no contexto da agropecuária familiar; Relação da agricultura familiar com outros setores produtivos; Estudo das políticas públicas para a agricultura familiar; Análise do estado atual e futuro da agricultura familiar no Brasil.

Objetivos

- Propiciar ao aluno informações suficientes para que o mesmo atue com reconhecida competência em sua profissão, de forma a obter êxito no uso de técnicas e tecnologias apropriadas, a agropecuária no âmbito da unidade produtiva familiar;
- Fornecer ao discente, ensinamentos sobre valores éticos, culturais e sociais.

Bibliografia Básica

AMARAL, A. A. do. **Fundamentos de agroecologia**. Curitiba: Livro Técnico, 2011.

MALUF, R.S; CARNEIRO, M. J. (Orgs.). **Para além da produção: Multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.

PLOEG, J. D. V. **Camponeses e impérios alimentares**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, J. **A construção social de uma nova agricultura**. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2009.

ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. (Org.). **Turismo rural: Ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000.

FRANCIO, N.; PICOLI, F.; SOUZA, I. **Agricultura familiar: trabalho, renda e associativismo**. 1. ed. Curitiba: Appris, 2016.

JOHANN, P. D. **Unidade entre teoria e prática na formação do técnico em Agroecologia: Estudo em Uma Escola do Campo Catarinense**. Appris, 2018.

LIMA, Arlindo Prestes de; BASSO, Nilvo; NEUMANN, Pedro Selvino et al. **Administração da unidade de produção familiar:** Modalidades de trabalhos com agricultores. 2. ed. Ijuí: UNIJUI, 2001.

Unidade Curricular: INFORMÁTICA

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	1º	50h00	16h40

Ementa

Introdução à tecnologia da informação, busca de compreensão da internet e acesso à tecnologia da informação no Brasil. Definição de o que é informática. Caracterização da informática na formação do trabalhador. Noções de segurança na internet. Conceito de Hardware e Software. Orientações sobre o sistema operacional Windows. Noções de processamento de dados, edição de texto, apresentação de slides e planilha eletrônica. Aplicação das normas da associação brasileira de normas técnicas na edição de textos.

Objetivos

- Oferecer noções básicas de informática;
- Capacitar o profissional quanto aos conceitos básicos do funcionamento do computador;
- Proporcionar o desenvolvimento, formatação e estruturação de textos apresentação de slides a partir de um software de edição;
- Possibilitar, ao profissional, capacidade de elaborar planilhas eletrônicas de controles utilizando fórmulas.

Bibliografia Básica

ALVES, William Pereira. **Informática** - Microsoft Office Word 2010 e Microsoft Office Excel 2010. São Paulo: Érica, 2012.

JOYCE, Jerry; MOON, Marianne. **Windows 7:** rápido e fácil. Porto Alegre: Bookman, 2010.

MANZANO, José Augusto N. G. **Guia prático de informática.** São Paulo: Érica, 2011.

Bibliografia Complementar			
<p>CORREIA NETO, Jocildo Figueiredo. Excel: para Profissionais de Finanças. São Paulo: Editora Campus, 2006.</p> <p>MANZANO, André Luiz N. G. Estudo dirigido de informática básica. São Paulo: Érica, 2007.</p> <p>MINAS GERAIS. PROINFO. Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Disponível em:< http://www.educacao.mg.gov.br/webdtec/ e http://proinfo.mec.gov.br> Acesso em: fev. 2010.</p> <p>SILVA, Mário Gomes da. Informática:terminologia básica, Microsoft Windows XP, Microsoft Office Word 2003, Microsoft Excel 2003, Microsoft Office Access 2003 e Microsoft Power Point 2003/2. São Paulo: Érica, 2007.</p> <p>VELOSO, F. Informática: conceitos básicos. 10. ed. São Paulo: Elsevier, 2017.</p>			
Unidade Curricular: MARKETING			
	Carga Horária		
Período	Teórica	Prática	Total
1º	33h20	33h20	66h40
Ementa			
<p>Introdução ao marketing, principais conceitos para compreensão das concepções do marketing. Sistema de informação e a pesquisa de mercado como ferramenta de gestão para a agronomia. O comportamento do cliente (B2C e B2B) e o processo de compra. A análise do ambiente de marketing e identificação das tendências no setor. A segmentação, seleção do mercado alvo e o posicionamento. Decisões de produtos, marcas e embalagem. Decisões sobre canais de distribuição: atacado, varejo, franquias. Decisões sobre comunicação com o mercado. Administração de vendas e principais mudanças no ambiente de vendas no agronegócio. Planejamento estratégico de marketing e o plano de marketing em agronegócio.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Apresentar os principais conceitos e teorias do marketing e suas aplicações no agronegócio; 			

- Compreender a importância da informação e da pesquisa na tomada de decisão de marketing; Compreender o processo de segmentação e posicionamento, bem como, desenvolver e gerenciar as ações estratégicas e táticas de marketing no agronegócio;
- Saber aplicar o composto mercadológico de marketing em organizações do agronegócio.

Bibliografia Básica

MEGIDO, J. L. T.; XAVIER, C. **Marketing & Agribusiness**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, J. T. G.; PADILHA JUNIOR, J. B. **Agronegócio: uma abordagem econômica**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

TEJON, J. L.; CORIOLANO, X. **Marketing e agronegócio: a nova gestão**. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2009.

Bibliografia Complementar

ARAUJO, M. **Fundamentos do agronegócio**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005.

BATALHA, Mário Otávio (Coord). **Gestão agroindustrial: GEPAI grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008. v. 1.

BATALHA, Mário Otávio (Coord.). **Gestão agroindustrial: GEPAI grupo de estudos e pesquisas agroindustriais**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2009. v. 2.

KOTLER, Philip.; KELLER, Kelvin Lane. **Administração de marketing**. 14. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2012.

MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. 4. ed. São Paulo: Bookman, 2006.

MATTAR, Fauze Nagib. **Pesquisa de marketing**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007. Edição Compacta.

Unidade Curricular: MATEMÁTICA FINANCEIRA E APLICADA

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	1º	66h40	00h
Ementa			

Introdução aos Sistemas de Numeração. Conjuntos: Operações e Simbologia. Conjuntos Numéricos (Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais, Reais e Complexos): Operações e Propriedades. Conceito de função. Função Afim. Função Quadrática. Noções de Função Exponencial e Logarítmica. Estatística: Medidas de Tendência Central e Gráficos Estatísticos. Razão e Proporção, Regra de Três Simples e Composta, Juro e montante. Descontos simples. Juros compostos. Séries de pagamentos. Amortização de empréstimos. Anuidades. Operações financeiras realizadas no mercado. Função Financeira na empresa.

Objetivos

- Realizar operações básicas de matemática e suas aplicações;
- Realizar operações com conjuntos;
- Resolver equações e inequações básicas de funções lineares e quadráticas;
- Construir gráficos básicos de funções lineares, quadráticas, exponenciais e logarítmicas;
- Desenvolver a habilidade para identificação e cálculos básicos envolvendo as operações financeiras, relacionando-as às situações do dia-a-dia das empresas e da sua própria vida, utilizando-se de uma calculadora financeira;
- Oferecer ao discente, conceitos básicos sobre o valor do dinheiro no tempo, através de metodologias de cálculos que permitam subsidiar a tomada de decisão em operações financeiras;
- Conhecer as variáveis envolvidas nos cálculos de valores presentes e futuros e dos custos associados às alternativas de investimentos;
- Ao final da disciplina, o discente conhecerá as ferramentas básicas da matemática financeira, por meio do ensino com calculadora HP12C e planilhas eletrônicas.

Bibliografia Básica

ASSAF NETO, A. **Matemática financeira e suas aplicações**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

CASTELO BRANCO, Anísio Costa. **Matemática financeira aplicada: método algébrico**, HP12C, Microsoft Excel. 4. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

IEZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZAJN, David. **Fundamentos de Matemática**

Elementar, 11: Matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 1. ed. São Paulo: Atual, 2006.

Bibliografia Complementar

HOFFMANN, L. D.; BRADLEY, G. L. **Cálculo:** um curso moderno e suas aplicações. 11. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

MATHIAS, W.; GOMES, J. M. **Matemática financeira.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORGADO, Augusto César de Oliveira. **Progressões e matemática financeira.** 6. ed. Rio de Janeiro: SBM, 2015.

MORRIS, Clare; THANASSOULIS, Emmanuel. **Matemática essencial para negócios e administração.** 1. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

SHITSUKA, R. et al. **Matemática fundamental para tecnologia.** 2. ed. São Paulo: Érica, 2013.

Unidade Curricular: COMUNICAÇÃO E REDAÇÃO PROFISSIONAL

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	1º	33h20min	00h

Ementa

Importância e aspectos da comunicação empresarial – expressões e linguagens. Comunicação como formas de interação social. Produção textual; Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas na produção de conteúdos técnicos. Comunicação empresarial como ferramenta na gestão do agronegócio, política de comunicação interna e com clientes e fornecedores. Ética no universo digital e dos meios de comunicação social.

Objetivos

- Conhecer panorama da Comunicação Empresarial brasileira, com ênfase nos processos administrativo e comerciais;
- Utilizar a comunicação empresarial como ferramenta de controle gerencial;
- Elaborar textos técnicos e relatórios gerenciais;
- Promover a comunicação interna e externa empresa;

- Desenvolver relatórios e formulários administrativos e de controle de qualidade;
- Formar canais de comunicação empresarial nas mídias digital.

Bibliografia Básica

FÍGARO, Roseli. **Gestão da comunicação no mundo do trabalho, educação, terceiro setor e cooperativismo**. São Paulo: Atlas, 2005.

MEDEIROS, J. B. **Redação científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas**. 11. ed. Editora: Atlas, 2009.

OLIVEIRA, J. P. M. de. **A redação eficaz: como escrever com eficácia em qualquer situação de negócio**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

Bibliografia Complementar

BERLO, David Kenneth. **O processo da comunicação: introdução à teoria e à prática**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Empresarial**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

NUNES, M. M. **Redação eficaz: como produzir textos objetivos**. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 2000.

RIBEIRO, Lair. **Comunicação global: a mágica da influência – a neurolinguística aplicada à comunicação**. 45. ed. Rio de Janeiro, Objetiva, 1993.

SILVA, Ezequiel Theodoro da. **A leitura nos oceanos da internet**. São Paulo: Cortez, 2003.

Unidade Curricular: LEGISLAÇÃO TRABALHISTA E GESTÃO DE PESSOAS

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	2º	66h40	00h

Ementa

Introdução ao Direito do Trabalho; Contrato Individual e Coletivo do Trabalho: Empregado, Empregador e Espécies de Contrato de Trabalho; Direitos do Trabalhador na Constituição Federal; Remuneração e Salário; Jornada de Trabalho, Aviso Prévio e Extinção do Contrato de Trabalho, Normas de Proteção ao Trabalho. Introdução à gestão de pessoas; As

Organizações; As Pessoas; Recrutamento e Seleção; Treinamento e Desenvolvimento, Planejamento estratégico de recursos humanos.

Objetivos

- Proporcionar ao aluno o conhecimento básico sobre o surgimento, evolução histórica, conceito e fundamentos do Direito do Trabalho;
- Capacitar o discente com noções da legislação trabalhista, aplicada na atuação profissional do Técnico em Agronegócios;
- Apresentar a Legislação Trabalhista brasileira referente aos Contratos Individuais e Coletivos;
- Compreender a relação jurídica do trabalho, os sujeitos, a formação do contrato individual de trabalho, as obrigações que do contrato decorrem e a regulamentação geral do trabalho;
- Estimular a compreensão da importância do conhecimento de Gestão de Pessoas como instrumento para a gestão das organizações;
- Proporcionar ampla revisão conceitual e discussão sobre temas pertinentes às teorias Gestão de Pessoas.

Bibliografia Básica

MANUS, P. P. T. **Direito do trabalho**. São Paulo (SP): Atlas, 2014.

MARTINS, S. **Manual de direito do trabalho**. 12. ed. São Paulo (SP): Saraiva, 2019.

VERGARA, Sylvia Constant. **Gestão de pessoas**. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar

GARCIA, G. F. B. **Terceirização: trabalho temporário, Cooperativas de Trabalho**. 4. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019.

GARCIA, G. F. B. **Assédio moral: violência psicológica no ambiente de trabalho**. 3. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019.

OOG, G.; BOOG, M. **Manual de gestão de pessoas e equipes: estratégias e tendências**. São Paulo: Gente, 2002. v. 1

SALIBA, T. M. **Legislação de segurança, acidente do trabalho e saúde do trabalhador**. São Paulo (SP): LTr, 2010.

SARAIVA, P. TONASSI, R. **Direito do trabalho**. 20. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2018.

Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS - HORTIFRUTICULTURA

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	2º	66h40	00h

Ementa

Considerações gerais de cadeias produtivas; Caracterização da situação econômica brasileira e mundial da hortifruticultura; Principais formas de manejo das espécies frutíferas e da olericultura; Aplicação da sustentabilidade em hortifruticultura; Análise dos impactos ambientais da hortifruticultura; Orientação sobre produção orgânica; Caracterização de pós-colheita, detalhamento de transporte e armazenamento; Estudo de aspectos fitossanitários; Análise do programa integrado de frutas (PIF); Aspectos de segurança alimentar e qualidade de produção.

Objetivos

- Propiciar aos alunos conhecimento básico da hortifruticultura, quanto a aspectos do papel econômico e social das mesmas e sua importância no panorama mundial e nacional;
- Tornar conhecidas as novas tecnologias disponíveis ao produtor, tratamentos culturais e formas de manejo.

Bibliografia Básica

FACHINELLO, J. C.; NACHTIGAL, J. C.; KERSTEN, E. Fruticultura, fundamentos e práticas. Pelotas: UFPel, 1996.

FILGUEIRA, F. A. R. Novo manual de Olericultura: agrotecnologia moderna na produção e comercialização de hortaliças. 3.ed. Viçosa: UFV, 2008.

FRONZA, D. Fruticultura comercial: destaque para pequenas áreas. Porto Alegre: Santa Maria, 2006.

Bibliografia Complementar

ANDRIOLO, J. L. **Olericultura Geral**: princípios e técnicas. Santa Maria: UFSM, 2002.

CLEMENTE, F. M. V. T.; HABER, L. L. **Horta em pequenos espaços**. Embrapa, 2012.

GALVÃO, A. P. M. (ed.) **Reflorestamento de propriedades rurais para fins produtivos e ambientais**: um guia para ações municipais e regionais. EMBRAPA - Centro Nacional de Pesquisas Florestais. 2000.

HOSOKAWA, R. T.; MOURA, J. B.; CUNHA, U. S. **Introdução ao manejo e economia de florestas**. Editora da Universidade Federal do Paraná, 1998.

NEVES, L. C. **Manual pós-colheita da fruticultura brasileira**. Eduel, 2018.

Unidade Curricular: TECNOLOGIA APLICADA A PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	2º	33h20	33h20m

Ementa

Sistemas de Posicionamento por Satélites. Sistemas Geográficos de Informação. Monitoramento da Produtividade das Culturas. Mapas de Fertilidade e Acidez do Solo. Métodos de Amostragem. Métodos de Interpolação. Aplicação de Insumos à Taxa Variada. Sensores para Aplicação Localizada. Variabilidade Espacial e Manejo. Softwares. Agricultura de precisão.

Objetivos

- Permitir ao aluno identificar novas oportunidades para o desenvolvimento de soluções tecnológicas para as cadeias do agronegócio;
- Realizar estudos de adoção e impactos de tecnologias em cadeias do agronegócio;
- Facilitar a compreensão das inter-relações da tecnologia e a inovação tecnológica com a competitividade do agronegócio.

Bibliografia Básica			
<p>BIANCHINI, A. Aplicação de agrotóxicos com pulverizadores de barra a tração tratorizada. 1. ed. São Paulo: LK, 2007.</p> <p>COMETTI, Nilton Nélio. Mecanização agrícola. Curitiba: Livro Técnico, 2012.</p> <p>EMBRAPA, Manual de métodos de análise de solo. Centro Nacional de Pesquisa de Solos. 2. ed. Rio de Janeiro: Atual, 1997.</p> <p>KUHN, O.J. Ciências Agrárias: perspectivas e tecnologias. 1.ed. Paraná: Atena, 2015.</p> <p>MIALHE, L. G. Manual de mecanização agrícola. Editora Agronômica Ceres, 1974.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BAUER, F. C. Produção e gestão agroindustrial, Mato Grosso do Sul: Uniderp, 2008.</p> <p>CAMARGO, O. A.; MONIZ, A.C.; JORGE, J. A.; VALADARES J. M. A. S. Métodos de análise química, mineralógica e física de solos do Instituto Agronômico de Campinas. Campinas: Instituto agronômico, 1986.</p> <p>KOTLER, P. Administração de marketing: análise, implementação e controle. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.</p> <p>MANZATTO, C. V. Estudo de caso em agricultura de precisão: manejo de lavoura de soja na região de campos gerais. PR.In: Agricultura de precisão para o manejo da fertilidade do solo em sistema plantio direto. Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 2004.</p>			
Unidade Curricular: CONTABILIDADE E GESTÃO DE CUSTO DO AGRONEGÓCIO			
Carga Horária			
Período 2º	Teórica	Prática	Total
	66h40min	00h	66h40min
Ementa			
<p>Contabilidade: conceito, objetivos, campo de aplicação. Contas patrimoniais e de resultado. Escrituração contábil. Demonstrativo e relatórios contábeis. A contabilidade como instrumento de avaliação, decisão e controle das atividades do agronegócio. Peculiaridades da atividade rural. Introdução à contabilidade rural. Calculo de custos. Conceito e objetivo da Contabilidade</p>			

de Custos; Métodos de avaliação de estoques; Departamentalização; Sistemas e métodos de custeio; Custos para planejamento e decisão.

Objetivos

- Entender os conceitos básicos de contabilidade e a estrutura do patrimônio das empresas do ramo do agronegócio;
- Desenvolver capacidade de interpretação e construção de relatórios contábeis e gerenciais;
- Calcular e gerenciar custos utilizando métodos custeio mais adequados a realidade da empresa;
- Elaborar relatórios composição de custos e despesas a fim de tomada de decisão;
- Estimar custo final de produtos e serviços ligados ao agronegócio.

Bibliografia Básica

GONÇALVES, E. C.; BAPTISTA, A. E. **Contabilidade geral**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARION, J. C. **Contabilidade rural**: contabilidade agrícola, contabilidade da pecuária e imposto de renda de pessoa jurídica. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, E. **Contabilidade de custos**: Livro Texto. 10. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2010.

Bibliografia Complementar

FRANCO, H. **Contabilidade na era da globalização**. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999.

GIMENEZ, L.; OLIVEIRA, A. B. S.. **Contabilidade para gestores**: uma abordagem para pequenas e médias empresas. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

LEONE, G. S. **Curso básico de contabilidade de custos**. São Paulo: Atlas, 2010.

MARION, J. C. **Contabilidade básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, G. J.; MARION, J. C.; SEGATTI, S. **Administração de custos na agropecuária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Unidade Curricular: SEGURANÇA DO TRABALHO

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	2º	33h20	00h
Ementa			
<p>Segurança do Trabalho. Acidentes do Trabalho. Atos Inseguros. Investigação do Acidente. Causa. Controle Estatístico. Prevenção. Tipos de avaliação de acidentes. Modalidades de Inspeção de Segurança. Agentes Perigosos. Normas pertinentes à atividade profissional. Estudo preliminar de risco. Legislações aplicadas à higiene e segurança do trabalho. NR – Normas Regulamentares.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Compreender normas e procedimentos adequados para proteger a integridade física e mental do trabalhador, preservando-o dos riscos de saúde inerente às tarefas do cargo e ao ambiente físico onde são executadas; ● Ensinar que a higiene do trabalho está ligada ao diagnóstico e à prevenção das doenças ocupacionais, a partir do estudo e do controle do homem e seu ambiente de trabalho; ● Promover a saúde e o conforto, em caráter preventivo, evitando que o funcionário adoeca e se ausente do trabalho. 			
Bibliografia Básica			
<p>BARBOSA, Adriano Aurélio Ribeiro. Segurança no trabalho. Curitiba: Livro Técnico, 2011.</p> <p>BARBOSA FILHO, Antonio Nunes Barbosa. Segurança do trabalho & Gestão ambiental. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria 3.214, de 6 de julho de 1978. Segurança e Medicina do Trabalho – Legislação. 71. ed. Aprova as Normas Regulamentadoras – NRs – do Capítulo V, Título II, da CLT. São Paulo: Atlas, 2013.</p> <p>CARDELLA, Benedito. Segurança do Trabalho e prevenção de Acidentes. 2. ed. atual. São Paulo: Atlas, 2016.</p> <p>GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. Meio ambiente do trabalho: Direito, Segurança e Medicina do Trabalho. rev. e atual. 6. ed. São Paulo: Juspodivm, 2019.</p>			

PAOLESCHI, B. **CIPA: Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. Guia Prático de Segurança do Trabalho.** São Paulo: Érica Ltda.

Bibliografia Complementar

ARELLANO, Eliete; CESAR, Ana Maria RouxValentini Coelho (org.). **Gestão de pessoas: Nas empresas contemporâneas brasileiras.** 1. ed. São Paulo: Elsevier, 2017.

IIDA, I. **Ergonomia: projeto e produção.**3. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2016.

PACHECO, J. W. et al. **Gestão da segurança e higiene do trabalho.** São Paulo: Atlas, 2000.

SPECTOR, P. E. **Psicologia nas organizações.** 2. ed. São Paulo: Artmed, 2014.

Unidade Curricular: LEGISLAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	3º	66h40	00h

Ementa

Introdução ao Meio Ambiente e o Direito Ambiental; Princípios Ambientais; Licenciamento e Estudo Ambientais; Responsabilidade Civil por Danos Ambientais, Crimes Ambientais. Patrimônio Ecológico Brasileiro; Política Nacional dos Recursos Hídricos; Política Nacional e o Sistema Nacional do Meio Ambiente; Controle de Qualidade Ambiental; Instrumento de Gestão Ambiental, Sustentabilidade. Conhecimento e preservação da biodiversidade.

Objetivos

- Conhecer a importância das Normas ambientais e da Certificação das empresas;
- Compreender a aplicação da legislação Ambiental;
- Conscientizar dos crimes Ambientais;
- Obter licenciamentos Ambientais;
- Proporcionar o conhecimento do desenvolvimento de um sistema de gestão ambiental empresarial;
- Promover a conscientização sobre a importância da preservação ambiental para a

sustentabilidade das empresas e do planeta.			
Bibliografia Básica			
BRUNA, G. C. Curso de gestão ambiental . São Paulo: Editora Manole, 2004.			
GUERRA, Sidney. Curso de direito ambiental . Belo Horizonte: Fórum, 2009.			
MACHADO, Paulo Affonso Leme. Direito ambiental brasileiro . 20. ed. São Paulo: Malheiros, 2008.			
Bibliografia Complementar			
AMADO, F. Legislação ambiental comentada . 2. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019a.			
AMADO, F. Direito ambiental . Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019b.			
FORTUNATO, E. Licenciamento ambiental . 4. ed. Belo Horizonte (MG): Editora Fórum, 2018.			
GARCIA, L. Consumo sustentável: a proteção do meio ambiente no código de defesa do consumidor . 1. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019.			
RODRIGUES, A. R. Proteção jurídica da flora . 1. ed. Salvador (BA): Editora Juspodivm, 2019.			
Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS – CARNE, LEITE E DERIVADOS			
Período 3º	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	33h20	33h20	66h40
Ementa			
Estudo das cadeias Produtivas da carne, leite e derivados. Análise das tendências e cenários comerciais. Introdução aos sistemas de criação de bovinos e sua produção. Orientações sobre melhoramento genético, sanidade e reprodução dos bovinos. Estratégias de comercialização. Discussão de controle leiteiro. Caracterização de instalações e controle de qualidade do leite (Instrução normativa 51/PMQL). Detalhamento de comercialização de produtos lácteos. Caracterização do sistema agroindustrial, exportação e mercados externos.			

Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> • Capacitar os alunos quanto à análise de dados técnicos, econômicos e sociais de modo a identificar os gargalos na cadeia produtiva de bovinos de corte e leite; • Habilitar os estudantes para inovar, renovar e transferir tecnologias para o campo; • Qualificar os estudantes quanto à viabilização econômica na cadeia produtiva da carne, leite e derivados. 			
Bibliografia Básica			
<p>COSTA, R. C.; NUNEZ, C. V. Cadeias produtivas e seus ambientes. Manaus: Editora INPA, 2017.</p> <p>PEIXOTO, A. M.; MOURA, J. C.; FARIA, V. P. (Org.). Bovinocultura leiteira: fundamentos da exploração racional. 3. ed. Piracicaba: FEALQ, 2000.</p> <p>SILVA, S. C.; NASCIMENTO JUNIOR, D.; EUCLIDES, V. B. P. Pastagens: conceitos básicos, produção e manejo. Viçosa: Suprema, 2008.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BARCELLOS, J. O. J. GOTTSCHALL C. S. CHRISTOFARI, L. F. Gestão na bovinocultura de corte. Agrolivros, 2014.</p> <p>CHAPAVAL, L.; PIERKARSKI, P. R. B. Leite de qualidade: manejo reprodutivo, nutricional e sanitário. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2000.</p> <p>EMBRAPA. Centro Nacional de Pesquisa de Gado de Leite. (Coronel Pacheco - MG). Desafios para a pesquisa de sistemas pecuários: Workshop sobre modelos físicos de sistema de produção. Coronel Pacheco, 1994.</p> <p>GOTTSCHALL, C. S. Produção de novilhos precoces: nutrição, manejo e custos de produção. 2. ed. Guaíba: Agrolivros, 2005.</p> <p>ZOCAL, R. Leite em números. Coronel Pacheco: EMBRAPA-CNPGL, 1994.</p>			
Unidade Curricular: ASSOCIATIVISMO E COOPERATIVISMO			
Período	Carga Horária		
3º	Teórica	Prática	Total

	66h40	00h	66h40
Ementa			
<p>Aspectos relativos ao Associativismo e Cooperativismo, histórico e sua importância. Estrutura e funcionamento das organizações do meio rural: cooperativas, sindicatos e associações. Legislação e aspectos jurídicos do da cooperativa e associação. Órgãos sociais: assembleia geral, conselho administrativo e conselho fiscal. Responsabilidade social das cooperativas e das associações. Cooperativas: funções, objetivos e ramos cooperativos. Gestão da organização cooperativa. Cooperativas comerciais. Experiências históricas de associativismo e cooperativismo no Brasil. Sindicatos rurais: trabalhadores e empregadores. Cooperativismo e geração de renda.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer sobre os fundamentos da história do cooperativismo mundial e nacional; ● Compreender as diferenças na legislação regulamentadora, vantagens e desvantagens de uma cooperativa e uma associação em relação as demais categorias de empresas; ● Perceber o papel social, econômico e político das organizações cooperativas e associativas; ● Reconhecer as especificidades da instituição e da gestão de cooperativas e associações, enquanto organização coletiva, sem fins lucrativos, mas de atividades econômicas; ● Ter conhecimentos básicos quanto à legislação que rege as cooperativas no Brasil. 			
Bibliografia Básica			
<p>ADAMS, T. Educação e Economia Popular Solidária. Aparecida: Ed. Ideias & Letras, 2010.</p> <p>ABRANTES, J. Associativismo e cooperativismo: como a união de pequenos empreendedores pode gerar emprego e renda no Brasil. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.</p> <p>OLIVEIRA, D. de P. R. de. Manual de gestão das cooperativas. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BIALOSKORSKI NETO, S. Economia e gestão de organizações cooperativas. 2. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.</p>			

CRUZIO, H. O. **Como organizar e administrar uma cooperativa:** uma alternativa para o desempenho. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LOURENÇO, M. L. **Cooperativismo e subjetividade:** um estudo das dimensões da autogestão, do tempo e da cultura solidária. Curitiba: Juruá, 2008.

SILVA, C. L. (Org.). **Políticas Públicas e desenvolvimento local:** instrumentos e proposições de análise para o Brasil. Petrópolis: Vozes, 2012.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento sustentável:** o desafio do séc. XXI. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

Unidade Curricular: ECONOMIA E GESTÃO FINANCEIRA.

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	3º	33h20	33h20

Ementa

Microeconomia: Fundamentos da economia. Funcionamento do mercado: demanda, oferta e equilíbrio. Estudo das estruturas de mercado. Indicadores macroeconômicos. Taxa de câmbio. Inflação. Desenvolvimento econômico e distribuição de renda. Fundamentos da política macroeconomia (Política fiscal, monetária e cambial). Bolsa de valores. Valor mercado de produtos agrícolas. A realidade da economia brasileira e seu papel na dinâmica internacional. Administração financeira do capital de giro; Decisões de empréstimos e financiamentos; Métodos de planejamento; Instrumentos de Planejamento e Controle Financeiro; Organização de informações financeiras; Orçamento empresarial e sua importância nas organizações; Fluxo de caixa e análise de resultados econômicos e financeiros.

Objetivos

- Possibilitar utilização de técnicas da economia para tomada de decisão;
- Proporcionar situações de análise do mercado interno e externo;
- Oferecer o conhecimento dos elementos do mercado mundial e sua importância na tomada de decisões;
- Propiciar uma visão geral da economia mundial;

- Proporcionar desenvolvimento de habilidades de gerenciamento visando à maximização dos resultados empresariais;
- Capacitar para análise crítica da disponibilidade de financiamento no mercado;
- Propiciar a obtenção e a localização de informações sobre elementos financeiros a serem incluídos no planejamento financeiro;
- Realizar gerenciamento e tomada de decisões no ambiente econômico e financeiro da empresa.

Bibliografia Básica

HOJI, M. **Administração financeira**: uma abordagem prática. São Paulo: Atlas, 1999.

SILVA, A. T. da. **Administração básica**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VASCONCELOS, M. A. S. de; GARCIA, M. E. **Fundamentos de economia**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

Bibliografia Complementar

FEIJÓ, R. **Economia agrícola e desenvolvimento rural**. 1. ed. São Paulo: Editora LTC, 2011.

FORTUNA, E. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. Ver. e atual. 18. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.

MENDES, J. T. G. **Agronegócio**: uma abordagem econômica. São Paulo: Prentice-Hall, 2009.

OLIVEIRA, O. J. **Gestão empresarial**: Sistemas e Ferramentas. São Paulo: Editora: Atlas, 2007.

SILVA, C. L. (Org.). **Políticas públicas e desenvolvimento local**: instrumentos e proposições de análise para o Brasil. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Unidade Curricular: PROJETO INTEGRADOR I

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	3º	16h40	16h40
Ementa			

O Espírito empreendedor. Principais características e perfil do empreendedor (Comportamento e Personalidade). Entendendo o mundo dos negócios. Habilidades e Competências. Criatividade, visão de negócio e inovação. Análise de mercado. Plano de Negócio. Empreendedorismo no agronegócio, estudos de oportunidades de mercado nacional e mundial. Atitudes empreendedoras. Concorrência, ameaças e oportunidades. Princípios fundamentais de marketing para a empresa emergente. Fundamentos éticos nas relações pessoais e profissionais. Evolução dos modelos de gestão de pessoas. Os vínculos entre as estratégias empresariais e a gestão de pessoas. O processo de aprendizagem em organizações, gestão do conhecimento e gestão por competências.

Objetivos

- Formar uma visão empreendedora ao profissional do agronegócio;
- Possibilitar uma visão geral do empreendedorismo, envolvendo os requisitos necessários para avançar nos negócios;
- Demonstrar a importância do empreendedorismo no cenário regional e nacional;
- Debater características e perfil do empreendedor;
- Desenvolver a capacidade de confecção do Plano de Negócio;
- Compreender a especificidade da ética e sua relação com os fundamentos interdisciplinares histórico-filosóficos, socioeconômicos e políticos, imprescindíveis à compreensão da construção do caráter ético do ser humano;
- Abordar as variáveis típicas do comportamento humano na esfera organizacional;
- Preparar os discentes para o trabalho em equipes ou times;
- Identificar os princípios da ética profissional.

Bibliografia Básica

DORNELAS, J. C. A. **Empreendedorismo**: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro: *Campus*, 2011.

MAXIMIANO, A. C. A. **Administração para empreendedores**: fundamentos da criação e da gestão de novos negócios. 2. ed. São Paulo: Prentice - Hall, 2010.

SALIM, C. S.; SILVA; N. C. **Introdução ao Empreendedorismo**: despertando a atitude empreendedora. Editora: *Campus*, 2009.

Bibliografia Complementar

BERNARDI, L. A. **Manual de empreendedorismo e gestão:** fundamentos, estratégias e dinâmicas. 2. ed. Editora: Atlas, 2012.

GOMES, C. F. S.; GOMES, L. F. A. M. **Tomada De Decisão Gerencial:** Enfoque Multicritério. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

LENZI, F. C. **A nova geração de empreendedores:** Guia Para a Elaboração de um Plano de Negócios. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

MENDES, J.; FILHO, I. Z. **Empreendedorismo para Jovens:** ferramentas, exemplos reais e exercícios para alinhar a sua vocação com o seu projeto de vida. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

NALINI, José Renato. **Ética geral e profissional.** 6. ed. Editora Revista dos tribunais, São Paulo, 2008.

Unidade curricular: LEGISLAÇÃO AGRÁRIA

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
4º	33h20	00h	33h20

Ementa

Teoria Geral do Direito Agrário e os Institutos Do Direito Agrário na Constituição Federal; Empresa Agrária; Contratos Agrários: Arrendamento Rural, Parceria Rural, e Contrato de Pastoreio; Títulos de Crédito Rural, Crédito Rural e Seguro Agrícola; Aspectos Agrários e Creditícios no Direito Agrário; Direito Agrário e o Meio Ambiente; Adjudicação Compulsória no Direito Agrário.

Objetivos

- Discutir os instrumentos jurídicos que estão à disposição da atividade agrícola e da sustentabilidade ambiental;
- Estimular aos alunos do Curso Técnico em Agronegócio o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática agrária e ambiental e suas implicações no Brasil;

- Possibilitar o conhecimento da atual estrutura agrária, suas raízes políticas, econômicas e jurídicas;
- Compreender o mercado econômico e as espécies de Contratos utilizadas nas relações jurídicas do Agronegócio;
- Conhecer as espécies de Títulos de Crédito Rurais e as formas de garantias utilizadas para adjudicar os bens em garantia.

Bibliografia Básica

BARROSO, L. A.; MIRANDA, A. G.; SOARES, M. L. Q.(orgs.) **O Direito Agrário na Constituição**. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2006.

MARQUES JUNIOR, P. M. **Direito agrário**. 2. ed. São Paulo (SP): Editora Atlas, 2015.

OPTIZ, Silva C. B. **Curso completo de direito agrário**. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Bibliografia Complementar

AMADO, F. A.; Di T. **Direito ambiental esquematizado**. 4. ed. São Paulo: Forense, 2013.

MARQUESI, Roberto Wagner. **Direitos reais agrários e função social**. Curitiba: Juruá.

MIRANDA, Alcir Gursen de; SOARES, Mario Lucio Quintão; BARROSO, Lucas Abreu. **O direito agrário na constituição**. São Paulo: Forense, 2006.

RAMOS, A. S. C. **Direito empresarial**. 9. ed. São Paulo (SP): Editora GEN, 2019. Vol. Único.

REIS, M. **Crédito rural: Teoria e Prática**. 1. ed. São Paulo (SP): Editora Forense, 2019.

Unidade Curricular: CADEIAS PRODUTIVAS - GRANDES CULTURAS

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	4º	33h20	33h20

Ementa

Introdução ao planejamento e execução das principais culturas anuais plantadas no Brasil e principalmente, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; observação de suas

características agronômicas; Estudo de potencialidades e perspectivas futuras; Estudo de técnicas de cultivo.			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer fundamentos teóricos e práticos sobre o sistema de produção de culturas anuais e/ou extensivas; ● Compreender a importância econômica e as etapas da cadeia produtiva das culturas; ● Avaliar os fatores de ordem técnica e correlacionar com os fatores ambientais, buscando a máxima expressão do potencial produtivo das culturas. 			
Bibliografia Básica			
<p>GALVÃO, J. C. C.; MIRANDA, G. V. (Ed.). Tecnologias de produção do milho. Viçosa: Editora UFV, 2004.</p> <p>PIRES, J. L. F.; VARGAS, L.; CUNHA, G. R. da (Ed.). Trigo no Brasil: bases para produção competitiva e sustentável. Passo Fundo: Embrapa Trigo, 2011.</p> <p>SEDIYAMA, T. Tecnologias de produção e usos da soja. Mecenias, 2009.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>BORÉM, A.; PIMENTEL, L.; PARRELLA, R. Sorgo: do plantio a colheita. Viçosa: Editora UFV, 2014.</p> <p>BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Embrapa Clima Temperado.</p> <p>GOMES, A. da S.; MAGALHÃES JÚNIOR, A. M. de (Ed.). Arroz irrigado no sul do Brasil. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2004.</p> <p>SILVA, N. da S. A cultura do girassol. Funep, 1990.</p> <p>SEDIYAMA, T. Produtividade de soja. Mecenias, 2016.</p>			
Unidade Curricular: COMERCIALIZAÇÃO			
Período	Carga Horária		
4º	Teórica	Prática	Total

	16h40	16h40	33h20
Ementa			
<p>Instituições de comercialização. Introdução à comercialização de Produtos Agrícolas. Fluxos e canais de comercialização dos produtos agropecuários. Comercialização, controle no mercado nacional. Princípios da comercialização. Comercialização no contexto do sistema econômico. Bolsas de mercadorias no Brasil e no Mundo - origem e funcionamento. Mercados e preços agrícolas. Organização e desenvolvimento de mercados. Mercado a vista, mercado futuro, Hedge, mercado a termo, mercado de opções e swaps. Análise teórica da estrutura e sistemas de preços e mercados agropecuários. Estratégias de comercialização e diminuição de risco dentro do sistema produtivo agropecuário. Comercialização e competitividade internacional. Custos de comercialização. Análise e acompanhamento de mercados físicos. Distribuição de alimentos. Planejamento da comercialização. Introdução ao comércio exterior.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Propiciar conhecimento de aspectos teóricos do processo de comercialização; ● Aplicar estratégias comerciais e de instrumentos de comercialização em mercados existentes e potenciais; ● Fornecer o embasamento necessário para sua atuação nesse segmento da cadeia dos produtos agropecuários; ● Definir mecanismos de gerenciamento de risco de preço e o funcionamento do mercado físico de produtos advindos do agronegócio; ● Abrir mercado nacional e internacional para produto oriundos da agricultura familiar; ● Melhorar a relação vendedor e comprador de produtos agrícolas; ● Identificar e eliminar custos desnecessários e atravessadores do ramo agrícola. 			
Bibliografia Básica			
<p>JÚNIOR, A. do A. A solução de controvérsia na OMC. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.</p> <p>MARQUES, P. V.; AGUIAR, D. R. D. Comercialização de produtos agrícolas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1993.</p>			

MICELI, W. M. **Derivativos de agronegócios: Gestão de Riscos de Mercado.** São Paulo: Editora Saint Paul, 2008.

Bibliografia Complementar

AFFONSO NETO, Annibal. **Gestão de marketing.** Brasília: Cead/UnB: Instituto de Ensino e Pesquisa em Administração, 2007.

GARCIA, Luiz Martins. **Exportar: rotinas e procedimentos, incentivos e formação de preços.** 8. ed. São Paulo: Aduaneiras, 2007.

LUZ, R. **Comércio internacional e legislação aduaneira.** 4. ed. São Paulo: Elsevier, 2011.

MINERVINI, N. **O Exportador: ferramentas para atuar com sucesso no mercado.** 5. ed. São Paulo: Prentice Hall Brasil, 2008.

WANKE, P. F. **Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI.** 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.

Unidade Curricular: MECANIZAÇÃO E AUTOMAÇÃO

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	4º	33h20	33h20

Ementa

Mecanização Agrícola voltada para o Agronegócio; Bases e pesquisas para novos produtos direcionados ao Agronegócio; Conceitos e investigações dentro do Agronegócio; Sistemas e normas de segurança e ISO; Sistemas de Comércio (exportação e importação) adaptado à mecanização agrícola; Máquinas, implementos e ferramentas agrícolas. Os sistemas de funcionamento de máquinas e implementos agrícolas, e sua manutenção. Uso de máquinas, implementos e ferramentas agrícolas e normas de segurança. Seleção e uso de máquinas e implementos para preparo do solo, plantio, cultivo, aplicação de defensivos agrícolas, colheita, transporte e beneficiamento de produtos agrícolas. Custo operacional dos conjuntos mecanizados.

Objetivos

Planejar, orientar e monitorar a melhor adequação de máquinas, implementos e ferramentas utilizadas no Agronegócio, de acordo com tecnologias atuais e normas de segurança.

Bibliografia Básica

MONTEIRO, L. A.; SILVA. P. R. A. **Operação com tratores agrícolas.** Botucatu: Ed. Dos Autores, 2009.

MOLIN, J. P. **Agricultura de precisão: O Gerenciamento da Variabilidade.** Piracicaba: 2001.

MIALHE, L. G. **Manual de mecanização agrícola.** Editora Agronômica Ceres, 1974.

PORTELLA, A. J. **Colheita de grãos mecanizada.** 1. ed. São Paulo: Aprenda Fácil, 2000.

Bibliografia Complementar

BIANCHINI, A. **Regulagem e operação de grade de arrasto.** 1. ed. São Paulo: LK, 2007.

BIANCHINI, A. **Manutenção de tratores agrícolas: por sistema.** 1.ed. São Paulo: LK, 2012.

MACIEL, F. M. **Cerca elétrica: Equipamentos, Instalação e Manejo.** 1. ed. São Paulo: Aprenda Fácil, 2003.

OLIVEIRA, A. D. **Manutenção de tratores agrícolas.** 1.ed. São Paulo: LK, 2007.

ROSA, D. P. **Dimensionamento e planejamento de máquinas e implementos agrícolas.** 1. ed. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

Unidade Curricular: LOGÍSTICA AGROINDUSTRIAL

Período	Carga Horária		
	Teórica	Prática	Total
	4º	16h40	16h40

Ementa

Noções de cadeia de suprimentos. Principais conceitos referentes à Logística no agronegócio. Aspectos decorrentes da economia agroindustrial e a cadeia de suprimentos neste contexto. Soluções para a redução dos custos de escoamento de produção agrícola. Entradas e Processamento de Pedidos. Políticas e Previsão de Estoque. Reposição e classificação dos

estoques. Dimensionamento do arranjo físico. Capacidade de Armazenagem. Características dos modais de transporte.	
Objetivos	
<ul style="list-style-type: none"> ● Conhecer os conceitos e definições básicas da logística, história e objetivo; ● Gerenciar compras, Armazenagem, Embalagem, Transporte e Tráfego da Cadeia de Suprimentos; ● Entender a Logística e sua relação com o serviço ao cliente; ● Indicar as opções mais econômicas para escoamento da produção agrícola; ● Planejar plano de ação para integração com a logística internacional. 	
Bibliografia Básica	
<p>BALLOU, Ronald H. Gerenciamento da cadeia de abastecimento: planejamento, organização e logística empresarial. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.</p> <p>DIAS, M. A. Logística, transporte e Infraestrutura: armazenagem, operador logístico, gestão via TI, multimodal. São Paulo: Atlas, 2012.</p> <p>FILHO, A. M.; ISHIKAWA, S. Mercado financeiro e de capitais. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2003.</p>	
Bibliografia Complementar	
<p>BALLOU, Ronald H. Logística empresarial: transporte, administração de materiais - e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2000.</p> <p>BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby. Gestão da cadeia de suprimentos e logística. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.</p> <p>GASNIER, Daniel Georges. A dinâmica dos estoques: guia prático para planejamento, gestão de materiais e logística. São Paulo: IMAM, 2002.</p> <p>GONÇALVES, Paulo Sérgio. Administração de materiais. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.</p> <p>WANKE, P. F. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. 1. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2010.</p>	
Unidade Curricular: PROJETO INTEGRADOR II	
Período	Carga Horária

	Teórica	Prática	Total
4º	00h	33h20	33h20
Ementa			
<p>O Projeto Integrador será elaborado individualmente e contemplará as seguintes etapas: Identificação do Projeto, Situação Geradora e Justificativas, Objetivo Geral, Objetivos Específicos, Resultados esperados, Abrangência e contexto, Plano de Ação, Cronograma e Desdobramento das Ações.</p>			
Objetivos			
<ul style="list-style-type: none"> ● Formar profissionais competentes, com habilidades e conhecimentos que os diferenciem no mercado de trabalho; ● Exercitá-los na prática por meio de elaboração do Projeto Integrador; ● Estimular o aluno realizar empreendimento, elaborando o plano de projetos de trabalho cumprindo as etapas da escrita, detalhamento, planejamento e execução das atividades; ● Analisar as técnicas, métodos, conhecimentos, habilidades, competências, objetivos, foco, definições de ações, resultados esperados, relacionando a Teoria com a Prática; ● Aprimorar a forma de gerenciamento dos Planos de Atividades ou Planos de Trabalhos; ● Integrar o conteúdo das componentes curriculares do semestre e semestres passados; ● Capacitar o aluno a desenvolver projetos e soluções para problemas; ● Incentivar a busca por inovações tecnológicas para o desenvolvimento do projeto. 			
Bibliografia Básica			
<p>GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>SLACK, Nigel. Administração da produção. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p>			
Bibliografia Complementar			
<p>IIDA I. Ergonomia: Projeto e produção. Rev. e ampl. 2. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2005/2010.</p>			

JURAN, M. J. **Controle de qualidade**. São Paulo: Makron, c1993.

MANZANO, José Augusto N. G. **Estudo dirigido de linguagem C**. 14. ed. rev. São Paulo: Érica, 2010.

ROCHA, A. S. FONSECA, P. B. **Projeto integrador do campus avançado São João da Barra** (2017). Disponível em:
<https://ead.ifrn.edu.br/colóquio/anais/2017/trabalhos/eixos/E2A25.pdf>;

VARGAS, R. V. **Gerenciamento de projetos com o Microsoft Project 98**. Rio de Janeiro: BRASPORT, Livros e Multimídia, 1998.

UNIDADES CURRICULARES OPTATIVAS

Unidade Curricular: LIBRAS

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
OPTATIVA	33h20	00	33h20

Ementa

Estudo das teorias e práticas da LIBRAS. Aquisição das Noções básicas de léxico, morfologia e síntese. Conhecimento dos aspectos clínicos, educacionais e sócio antropológicos da surdez. Compreensão do sistema de transcrição SignWriting. Estudo da Lei 10.436. Conhecimento do status da língua de sinais no Brasil e cultura surda.

Objetivos

- Introduzir as concepções sobre surdez;
- Possibilitar o conhecimento teórico-prático relacionado a LIBRAS;
- Investigar a história da língua brasileira de sinais enquanto elemento constituidor do sujeito surdo;
- Favorecer a discussão e a reflexão sobre o sistema de transcrição SignWriting;
- Promover o conhecimento sobre as variações linguísticas, iconicidade e arbitrariedade da LIBRAS;
- Preparar profissionais para melhor atender a demanda, cumprindo as exigências da legislação nacional na área de atendimento às pessoas com surdez;

- Identificar os fatores a serem considerados no processo de ensino da Língua Brasileira de Sinais dentro de uma proposta bilíngue;
- Propiciar aos educandos instrumentos para a construção de conhecimentos e exploração da Língua Brasileira de Sinais e a cultura surda.

Bibliografia Básica

BRANDÃO, F. **Dicionário ilustrado de LIBRAS**. São Paulo: Global, 2011.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** São Paulo: Editora Parábola, 2009.

LODI, A.; HARRISON, K.; CAMPOS, S.; TESKE, O. **Letramento e minorias**. Porto Alegre: Editora Meditação, 2002.

Bibliografia Complementar

ALMEIDA, E. C. **Atividades ilustradas em sinais da LIBRAS**. Rio de Janeiro: Revinter, 2004.

FURTADO, V. Q. **Dificuldades na aprendizagem da escrita**. Petrópolis: Vozes: 2012.

MEIRIEU, P. **Aprender... sim, mas como?** 7. ed. Porto Alegre: Ed. Artmed, 1998.

SONZA, A. P. **Acessibilidade e tecnologia assistiva: pensando a inclusão sociodigital de PNE**. Bento Gonçalves: IFRS, 2013.

WEISS, M. L. L. **Vencendo as dificuldades de aprendizagem escolar**. Rio de Janeiro: Wak, 2011.

Unidade Curricular: GESTÃO DA QUALIDADE

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
Optativa	16h40	16h40	33h20

Ementa

Conhecimento da gestão da qualidade aplicada ao agronegócio; Conhecimento das ferramentas gerenciais da gestão da qualidade; Compreensão da gestão da qualidade em serviços; Conhecimento das certificações de qualidade no âmbito do agronegócio.

Objetivos

- Conhecer as ferramentas da gestão da qualidade no âmbito do agronegócio, compreendendo seu uso;
- Propiciar a compreensão do conceito de gestão da qualidade;
- Apresentar as ferramentas da gestão da qualidade;
- Capacitar o discente para o gerenciamento da qualidade por meio de suas ferramentas e programas;
- Expor as metodologias utilizadas na gestão da qualidade em serviços;
- Propiciar a compreensão da importância das certificações na produção e comercialização no agronegócio.

Bibliografia Básica

BRASSARD, M. **Qualidade ferramentas para uma melhoria contínua**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1991.

LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços: conceitos, exercícios, casos práticos**. São Paulo: Atlas, 2008.

VIEIRA FILHO, G. **Gestão da qualidade total: uma abordagem prática**. 5. ed. Campinas: Alínea, 2014.

Bibliografia Complementar

AGUIAR, S. **Integração das ferramentas da qualidade ao PDCA**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

CARVALHO, M. M. de; PALADINI, E. P. **Gestão da qualidade: teoria e casos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MAXIMIANO, A. C. A. **Teoria geral da administração: da revolução urbana à revolução digital**. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MIGUEL, P. A. C. **Qualidade: enfoques e ferramentas**. São Paulo: Artliber, 2001.

WERKEMA, C. **Métodos PDCA e DMAIC e suas ferramentas analíticas**. Rio de Janeiro: Campus, 2012.

Unidade Curricular: NEGOCIAÇÃO EMPRESARIAL

Período	CARGA HORÁRIA		
	Teórica	Prática	Total
	Optativa	16h40	16h40

Ementa
Negociação e Mediação: conceitos e definições. Etapas do processo de negociação. Perfis de negociadores e tipologia de mediação. Comunicação eficaz - verbal e não verbal. Gestão de conflitos e acordos. Práticas de negociação. Competências e habilidades para o exercício de negociador e mediador no contexto do agronegócio. O processo de negociação para compra e venda aplicado ao agronegócio Variáveis básicas da negociação. Negociação e o processo decisório. Planejamento de negociação. A ética nas negociações.
Objetivos
<ul style="list-style-type: none"> ● Desenvolver habilidades para negociação atuando no agronegócio; ● Reconhecer os perfis de negociadores e procedimentos da negociação; ● Comparar as formas de negociação a partir da análise de perfis de negociadores e propor estratégias, visando um resultado eficaz; ● Mensurar o impacto das negociações no processo decisório.
Bibliografia Básica
<p>FERREIRA, G. Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade. 2. ed. São Paulo (SP): Atlas, 2013.</p> <p>LAX, D. A. Negociação 3-D: ferramentas poderosas para modificar o jogo nas suas negociações. Porto Alegre: Bookman, 2009.</p> <p>MELLO, J. C. F. de. Negociação baseada em estratégia. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.</p>
Bibliografia Complementar
<p>DONALDSON, M. C. Negociação para leigos: dicas reais para conseguir melhores negócios e mais dinheiro. Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.</p> <p>FISHER, R. Como chegar ao SIM: Como negociar acordos e fazer concessões. 3. ed. revisada e atual. Rio de Janeiro, Solomon, 2014.</p> <p>KANAANE, R. Comportamento humano nas organizações: o homem rumo ao século XXI. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.</p> <p>LAS CASAS, A. L. Técnicas de vendas: como vender e obter bons resultados. 4. ed. São Paulo, Atlas, 2011.</p> <p>SPARKS, D. B. A dinâmica da negociação efetiva: como ser bem-sucedido através de uma</p>

abordagem ganha-ganha. São Paulo: Nobel, 1992.

13 INDISSOCIABILIDADE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Primando pela sua missão, o IFTM *Campus* Patrocínio, busca assegurar em suas atividades acadêmicas, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, mediante o envolvimento da comunidade acadêmica em projetos de iniciação científica e tecnológica, no âmbito do ensino. A instituição incentiva e apoia atividades extracurriculares como visitas técnicas, atividades de campo e desenvolvimento de projetos de pesquisa com a participação dos estudantes.

13.1 Relação com a Pesquisa

O princípio da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão será assegurado mediante o envolvimento dos professores e estudantes em projetos como os de iniciação científica, programas de monitoria e atividades complementares e de extensão.

Neste sentido, as atividades docentes deverão oportunizar aos estudantes, constantemente, condições de participação em projetos individuais ou de grupos de pesquisa. Devem ser instigadas ainda pesquisas voltadas para solucionar os problemas encontrados no cotidiano do profissional da área de Agronegócio e da sociedade, utilizando assim o conhecimento como uma ferramenta no auxílio das intempéries sociais.

Grupos de Pesquisa poderão ser criados imbuídos da certeza de uma política institucional de valorização do aluno, do professor e de suas capacidades de inserção no mundo da pesquisa, do trabalho e da cidadania. Tais grupos podem ser estruturados a partir de uma área de concentração contemplando pesquisas e estudos que visam a incrementar o conhecimento de realidades científicas, socioeconômicas culturais e suas diversas inter-relações de modo promover a formação científica emancipatória do profissional a ser habilitado.

Utilizando-se de projetos de fomento e de parcerias com a iniciativa privada, o IFTM incentiva a pesquisa, por meio de editais próprios, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), incluindo a modalidade “Ações Afirmativas” e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Tecnológica (PIBIT), fomentados institucionalmente e por órgãos externos como a FAPEMIG e o CNPq. O fomento à pesquisa é um compromisso explicitado em nossa visão de futuro que defende a relevância de suas produções científicas em prol da sociedade.

Nesta perspectiva, a atividade investigativa visa contribuir para a qualidade do ensino, o exercício aprofundado de uma atitude crítica e de pesquisa, para fortalecer o desempenho profissional dos estudantes, nos seus campos específicos ou em campos de interface interdisciplinar.

Deve-se buscar linhas de pesquisas que estejam presentes em todo o trajeto da formação do trabalhador. Tem-se o desafio de, através das pesquisas realizadas, gerar conhecimento que serão postos a favor dos processos locais e regionais, como visto em Pacheco (2011, p. 30):

O desafio colocado para os Institutos Federais no campo da pesquisa é, pois, ir além da descoberta científica. Em seu compromisso com a humanidade, a pesquisa, que deve estar presente em todo o trajeto da formação do trabalhador, representa a conjugação do saber na indissociabilidade pesquisa-ensino-extensão. E mais, os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de seu reconhecimento e valorização nos planos nacional e global.

13.2 Relação com a Extensão

A extensão é concebida pelo IFTM *Campus Patrocínio* como parte do processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre o Instituto e a sociedade. A extensão pode diminuir as barreiras entre a instituição de ensino e a comunidade em ações em que o conhecimento sai das salas de aula, indo além, permitindo o aprendizado por meio da aplicação prática.

O processo ensino-aprendizagem conta com esta ferramenta valiosa: a atividade de extensão. O IFTM apoia e incentiva atividades extracurriculares onde o educando é estimulado a produzir atividades relativas ao seu curso para mostrar para a comunidade, bem como participar de diversos minicursos e palestras. Além disso, constitui-se condição ímpar para a obtenção de novos conhecimentos e troca de experiências com profissionais de outras

instituições e com a comunidade, através do desenvolvimento de atividades interdisciplinares como uma poderosa ferramenta de contextualização do ensino acadêmico.

13.3 Relação com os outros cursos da Instituição (quando houver) ou área respectiva

Considerando os objetivos e finalidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, apreende-se que é responsabilidade dessas instituições, além de reafirmar a educação como bem público, condição de desenvolvimento humano, econômico e social, comprometer-se com a oferta verticalizada do ensino (QUEVEDO, 2016).

A verticalização entre a educação básica e superior visa permitir que professores e estudantes, de diferentes níveis de ensino, compartilhem os espaços de aprendizagem e estabeleçam uma inter-relação de saberes. Dessa forma, esse princípio possibilita “a construção de itinerários de formação entre os diferentes cursos da educação profissional e tecnológica” (PACHECO, 2012).

Nesse sentido, o Curso Técnico em Agronegócio concomitante/subsequente ao Ensino Médio do IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Ibiá, relaciona-se com o Curso Superior de Tecnologia em Gestão Comercial. Ambos compartilham do mesmo eixo tecnológico, Gestão e Negócios, bem como dialogam com os mesmos elementos e dividem os mesmos espaços, tais como laboratórios e infraestrutura específica. Dessa forma, a comunidade acadêmica tem a possibilidade de “no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, buscando metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” (PACHECO, 2015).

A verticalização vai muito além da simples oferta simultânea de cursos em diferentes níveis, pois, considerando a tecnologia como elemento transversal, viabiliza um rico e diverso diálogo entre as formações.

14 AVALIAÇÃO

14.1 Da Aprendizagem

A avaliação escolar é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente onde o professor e os alunos são comparados com os objetivos propostos, a fim de constatar os progressos, dificuldades e reorientar o trabalho para as correções necessárias. Por ser uma tarefa complexa e contínua do processo educativo, a avaliação não deve se resumir a aplicação de provas e atribuição de notas, ela visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência com os objetivos propostos e orientar a tomada de decisões em relação às atividades seguintes (SAVIANI, 2013).

Segundo Libâneo (2013),

a avaliação é componente do processo de ensino que visa, através da verificação e qualificação dos resultados obtidos, determinar a correspondência destes com os objetivos propostos e, daí, orientar a tomada de decisões com relação às atividades didáticas seguintes.

O entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos qualitativos e quantitativos, não resumindo as avaliações apenas a aplicação de provas escritas ao final de um período letivo ou apenas baseadas nas percepções subjetivas de professores e alunos.

Saviani (2013) apresenta algumas características da avaliação escolar:

- a) Refletir a unidade objetivos-conteúdos-métodos: Os objetivos explicitam os conhecimentos, habilidades e atitudes que devem ser compreendidos, assimilados e aplicados, por meio de métodos de ensino adequados e que se refletem nos resultados obtidos;
- b) Possibilitar a revisão do plano de ensino: O diagnóstico da situação dos alunos ao iniciar uma nova etapa, as verificações parciais e finais são elementos que possibilitam a revisão do plano de ensino e reordenamento do trabalho didático;
- c) Ajudar a desenvolver capacidades e habilidades: As atividades avaliativas devem ajudar os alunos a crescerem e devem concorrer para o desenvolvimento intelectual, social e moral dos alunos e visam diagnosticar como professores e escola têm contribuído para isso;
- d) Voltar-se para a atividade dos alunos: Devem centrar-se no entendimento de que as capacidades dos alunos se expressam no processo de atividade em situações didáticas, sendo insuficiente restringir as avaliações ao final dos períodos letivos;
- e) Ser objetiva: devem ser capazes de comprovar os conhecimentos que foram realmente assimilados pelos alunos de acordo com os conteúdos e objetivos;
- f) Ajudar na percepção do professor: devem fornecer informações para que o professor possa avaliar o desenvolvimento do seu próprio trabalho.

A avaliação escolar não deve ser utilizada apenas com o intuito de aplicar provas, classificar alunos, recompensar ou punir baseado no comportamento dos discentes, ou avaliar

baseado apenas em critérios subjetivos. Deve cumprir suas funções pedagógico-didáticas, de diagnóstico e de controle do processo educativo, refletindo o grau de aproximação dos alunos aos objetivos definidos em relação ao desenvolvimento de suas capacidades físicas e intelectuais face às exigências da vida social.

O processo de avaliação inclui procedimentos e instrumentos diversificados, tais como: provas, debates, portfólios, montagem de projetos, diário do aluno, relatórios, exposição de trabalhos, pesquisas, análise de vídeos, produções textuais, arguição oral, trabalhos individuais e em grupos, monografias, auto avaliação, diálogos, memórias, relatórios de aprendizagem, dossiês, observação baseada em critérios pré-estabelecidos (desenvolvimento intelectual, relacionamento com os colegas e o professor, desenvolvimento afetivo, organização e hábitos pessoais), a entrevista, ficha sintética de dados dos alunos, entre outros.

14.1.1 Sistema de Avaliação, Recuperação da aprendizagem e Aprovação

A formalização do processo de avaliação no curso Técnico em Agronegócio concomitante ao ensino médio, *Campus* Patrocínio Polo Ibiá, será feita ao longo do semestre letivo, sendo distribuídos 100 (cem) pontos. Para aprovação em cada unidade curricular o educando deverá obter, no mínimo, 60(sessenta) pontos distribuídos no decorrer do semestre letivo. A avaliação será processual e cumulativa, comportando tanto aspectos objetivos quanto subjetivos.

Os aspectos objetivos de uma avaliação podem ser expressos em quantidade de acertos e erros e constituem a dimensão quantitativa do processo. Já a dimensão qualitativa da avaliação se realiza pela análise dos aspectos subjetivos, e envolve uma série de fatores, tais como a consideração da etapa de escolarização em que os alunos se encontram; a complexidade dos temas/conceitos previstos para o período letivo; orientações ou ênfases dadas em sala; os materiais recomendados previamente às situações de avaliação; dentre outros. Essa dimensão subjetiva/qualitativa é influenciada, ainda, pela observação que professores e equipe fazem dos alunos em situação de ensino e avaliação.

Essa observação pode referir-se tanto à participação (não necessariamente fala/exposição) do educando em sala de aula ou quanto à sua desenvoltura na construção do conhecimento em avaliações discursivas. Esses dados de observação, aliados às expectativas que os professores e a escola têm em relação ao potencial de realização de cada estudante, de

certa forma, influenciam no julgamento das respostas às questões ou de outras propostas mais abertas de trabalho.

O resultado final das atividades avaliativas desenvolvidas em cada unidade curricular, em relação ao período letivo, quanto ao alcance de objetivos e/ou de competências, será expresso em conceitos com sua respectiva correspondência percentual, de acordo com o quadro a seguir:

A	O estudante atingiu seu desempenho com excelência.	De 90 a 100
B	O estudante atingiu o desempenho com eficiência.	De 70 a menor que 90
C	O estudante atingiu o desempenho necessário.	De 60 a menor que 70
R	O estudante não atingiu o desempenho mínimo necessário.	De 0 a menor que 60

O estudante será considerado aprovado na unidade curricular quando obtiver, no mínimo, conceito “C” na avaliação da aprendizagem e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) em cada unidade curricular.

14.1.2 Dos Estudos de Recuperação

A recuperação da aprendizagem deverá desenvolver-se de modo contínuo e paralelo ao longo do processo pedagógico, tendo por finalidade corrigir as deficiências do processo de ensino e aprendizagem detectadas ao longo do período letivo. Divide-se em recuperação paralela e recuperação final, seguindo os seguintes critérios:

Os mecanismos e metodologias adotados nos momentos de estudos e atividades avaliativas de recuperação paralela e final não poderão ser os mesmos já aplicados em sala de aula. O momento de estudos e de atividades avaliativas da recuperação devem acontecer dentro do turno de aula do aluno.

No caso de o educando obter pontuação inferior nas atividades de recuperação paralela e/ou final com relação à obtida em sala de aula regular, deverá prevalecer a nota maior obtida.

O professor da unidade curricular é o responsável pelo planejamento e desenvolvimento dos estudos de recuperação paralela e recuperação final da aprendizagem, bem como da aplicação e correção das atividades avaliativas por ele propostas e o lançamento de notas.

As atividades mencionadas no planejamento da recuperação paralela e final poderão ser entre outras:

- I. Atividades individuais e/ou em grupo;
- II. demonstração prática, seminários, relatório, portfólio, exercícios escritos ou orais, pesquisa de campo, experimento, produção de textos;
- III. produção científica, artística ou cultural.

A carga horária destinada aos estudos de recuperação não poderá fazer parte do cômputo da carga horária total da unidade curricular ou do curso.

14.1.3 Da recuperação paralela

A recuperação paralela é destinada a estudantes que, por alguma razão não conseguiu atingir o mínimo de resultados de aprendizagem demonstrado por meio das atividades avaliativas aplicadas pelo professor, em cada unidade curricular. Neste sentido, a Resolução nº 47/2020, de 20 de maio de 2020, que estabelece o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFTM prevê:

Art. 160. A recuperação paralela é destinada a estudantes que não atingirem o mínimo de 60% de nota em cada atividade avaliativa.

Art. 161. Em cada atividade avaliativa os professores deverão fazer um levantamento dos estudantes que não atingirem 60% da pontuação atribuída.

Art. 162. Ao estudante que não tiver realizado a avaliação sem motivo justificado e por isso não tiver realizado a prova de segunda chamada, não será ofertada a recuperação paralela.

Art. 163. Os estudos de recuperação da aprendizagem deverão estar contemplados nos PPCs, nos planos de ensino, nos planos de aula e nas cargas horárias de trabalho dos professores.

Art. 164. Para fins de comprovação de carga horária docente, o professor deverá prever meios de atestar a frequência dos estudantes participantes nos estudos de recuperação paralela e na respectiva atividade avaliativa.

Art. 165. Ao final dos estudos de recuperação paralela o estudante deverá fazer uma atividade avaliativa no valor total da nota da atividade avaliativa anterior.

Art. 166. Deverão ser recuperadas apenas as notas dos instrumentos avaliativos, mantendo-se a pontuação referente aos aspectos atitudinais.

Art. 167. A recuperação paralela poderá ser desenvolvida no ambiente virtual de aprendizagem Moodle e/ou outra forma que o professor julgar conveniente.

Parágrafo único: nos casos de estudos de recuperação paralela à distância, o professor responsável pela unidade curricular deverá montar e acompanhar o ambiente virtual de aprendizagem (Moodle).

Art. 168. No planejamento da recuperação paralela deverão estar previstas pelo menos uma atividade de fixação do conteúdo, e uma atividade avaliativa cuja nota substituirá a aplicada em aula regular na qual o estudante não obteve êxito.

§1º A nota da atividade avaliativa aplicada na recuperação paralela mencionada anteriormente apenas não substituirá a nota alcançada na atividade avaliativa aplicada em aula regular se for menor que esta.

§2º A pontuação que o estudante obtiver nas atividades avaliativas poderá ultrapassar a média (60%).

§3º O lançamento da nota realizada pelo professor no sistema será realizado enquanto avaliação referente a Recuperação Paralela “substitutiva”.

Art. 169. O total de pontos destinados à(s) atividades avaliativas de recuperação paralela corresponderá a, no máximo, 90% do total de pontos distribuídos ao longo do trimestre em sala de aula regular.

Parágrafo único. Realizada a recuperação paralela nos cursos técnicos de nível médio presenciais, permanecerão os 10% dos pontos distribuídos no período correspondentes à pontuação atribuída aos aspectos atitudinais (IFTM, 2020b).

14.1.4 Da recuperação final

Neste sentido, a Resolução nº 47/2020, de 20 de maio de 2020, que estabelece o Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFTM prevê que a recuperação final é obrigatoriamente destinada a estudantes que não atingirem o mínimo de 60% de nota ao término do período letivo e facultada àqueles que desejarem alcançar maior média final, seguindo os seguintes critérios:

Art. 170. A recuperação final é obrigatoriamente destinada a estudantes que não atingirem, em uma ou mais unidades curriculares, o mínimo de 60% de nota ao término do período letivo e facultada àqueles que desejarem alcançar maior média final.

§1º O professor deverá possibilitar ao estudante atividade (s) de fixação do conteúdo no valor total de, pelo menos, 30 pontos antecedendo o momento da atividade avaliativa final da recuperação.

§2º A (s) atividade (s) de fixação do conteúdo a que se refere no item anterior deverá (ão) ser orientadas pelo professor durante o período de estudos da recuperação final.

§3º A atividade avaliativa final da recuperação terá o valor máximo de 70 pontos.

Art. 171. Deverão ser disponibilizados no calendário acadêmico dias reservados para as avaliações de recuperação final do período letivo(IFTM, 2020b).

No calendário escolar são previstas reuniões bimestrais dos Conselhos de Classe com professores, alunos e coordenadores pedagógicos para conhecimento, análise, reflexão e direcionamento quanto aos procedimentos acima adotados e resultados de aprendizagem alcançados.

O Conselho de Classe é um órgão de reflexão, discussão, decisão, ação e revisão da prática educativa. Portanto, deve promover a permanência e a conclusão com êxito dos estudantes no curso. Tem caráter prognóstico e deliberativo. Caráter prognóstico porque deve diagnosticar problemas cotidianos que interferem no processo de ensino e aprendizagem, a partir da análise dos resultados quantitativos e qualitativos com vistas à promoção de condições de recuperação de eventuais defasagens. Caráter deliberativo porque deve analisar e deliberar sobre a situação final de desempenho de estudantes não aprovados no período letivo.

Cada Conselho de Classe é constituído pelo conjunto de professores que atuam no mesmo ano, pela Coordenação do Curso e pela Equipe Pedagógica. As reuniões desses Conselhos de Classe são realizadas ao menos uma vez a cada bimestre e cumprem – de acordo com os preceitos legais nacionais – a função de discutir, propor e decidir sobre as alternativas mais adequadas ao desenvolvimento dos alunos, tendo em vista suas particularidades.

Essas particularidades referem-se às modalidades de aprendizagem, ao histórico de escolarização, à dinâmica familiar ou a outras circunstâncias que possam afetar o rendimento acadêmico. Além disso, o Conselho de Classe deve atuar visando à análise qualitativa de cada caso, e tem o poder de indicar processos de recuperação, aprovação ou retenção no ano, toda vez que os alunos não atingirem os critérios de aprovação automática estabelecidos pela instituição.

Após o término do período letivo, os Conselhos de Classe definirão os casos de aprovação, ou reprovação, considerando o sistema de avaliação vigente e o desempenho global dos alunos ao longo do ano.

Em caso de ausência às avaliações, o educando deverá, dentro do prazo de dois (02) dias letivos, após o seu retorno às atividades acadêmicas, apresentar requerimento com a devida justificativa e documentação à CRCA (Coordenação de Registro e Controle Acadêmico), solicitando nova oportunidade (segunda chamada). No prazo de 02 (dois) dias letivos, a CRCA, encaminhará o requerimento com a justificativa aos docentes responsáveis para apreciação. Se o parecer for favorável, o docente terá prazo de 05 (cinco) dias letivos para tomar as providências necessárias, informando ao interessado com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, quanto à data, horário e local da nova oportunidade de avaliação. Faz-se a

ressalva que a atividade avaliativa decorrente de nova oportunidade deverá ser norteada pelos mesmos critérios da avaliação correspondente.

O educando que não comparecer as aulas no dia em que houver apresentação de tarefas, caso não haja justificativa legal a ser apresentada ao professor da respectiva unidade curricular, perderá a pontuação atribuída a esta atividade.

Os procedimentos de registro da avaliação acadêmica obedecem à legislação vigente, sendo complementados e regulamentados pelas normas internas da instituição.

Como forma de garantir aos educandos o acompanhamento dos estudos de recuperação da aprendizagem, deverão ser organizados horários de atendimento ao discente, com atividades diversificadas de forma individual e/ou coletiva, conforme Regulamento dos Cursos Técnicos de Nível Médio desta instituição de ensino.

À medida que se constate a insuficiência do aproveitamento e/ou da aprendizagem do educando, o professor deverá propor atividades, estratégias e técnicas de ensino diferenciadas, visando atender às especificidades e à superação das dificuldades no seu percurso acadêmico.

14.1.5 Estudos de Dependência

Os estudos de dependência se constituem em uma possibilidade/oportunidade para aqueles alunos que se reprovaram, por frequência ou aproveitamento, nas unidades curriculares cursadas nos períodos em que se encontram matriculados.

Desse modo o Regulamento da Organização Didático-pedagógica para os cursos técnicos de nível médio do IFTM assegura que,

Art. 179. Nos cursos técnicos concomitantes ao ensino médio na modalidade presencial, os estudantes com reprovação em alguma unidade curricular, deverão cursá-la em regime de dependência.

[...]

Art. 181. Os estudos de dependência devem assegurar aos estudantes a consecução dos objetivos, a construção de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades previstas na unidade curricular, conforme o PPC, independente de sua modalidade.

Art. 182. Os professores responsáveis por unidades curriculares em regime de dependência devem orientar os estudantes quanto às atividades teóricas e práticas a serem desenvolvidas. Art. 183. O controle da frequência dos estudantes em regime de dependência e a atualização do diário eletrônico são de responsabilidade dos professores. Art. 184. É vedado aos estudantes

cursarem, no mesmo horário, unidades curriculares em regime de dependência e outras atividades acadêmicas (IFTM, 2020b).

Ao final do período letivo faz-se necessária a identificação dos educandos reprovados nas unidades curriculares para que sejam rematriculados.

14.2 Auto avaliação do Curso

A avaliação da proposta pedagógica do Curso tem como objetivo consolidar a qualidade de ensino, realizada periodicamente pelo corpo docente, discente e comunidade escolar. Pautada pelos princípios da democracia e autonomia, a avaliação consistirá em um instrumento fomentador de mudanças e atualização, que atuará em consonância com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, que é um órgão institucional de natureza consultiva, no âmbito dos aspectos avaliativos nas áreas acadêmica e administrativa.

A avaliação institucional, realizada em consonância com a CPA, abrange as diferentes dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão desta instituição de ensino. Este processo avaliativo deve ser contínuo para o aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, do planejamento da gestão da instituição e da prestação de contas à sociedade.

O IFTM *Campus* Patrocínio Polo Ibiábusca, na sua auto avaliação, os indícios necessários para aperfeiçoar sua atuação, visando a um melhor atendimento à sua comunidade acadêmica, à sociedade brasileira e às necessidades de nossa região e do país.

15 ATENDIMENTO AO DISCENTE

Os educandos do curso Técnico em Agronegócio Concomitante do Polo Ibiáterão atendimento e acompanhamento pedagógico permanente, por meio da coordenação do curso, coordenação do Polo, assessoria pedagógica e coordenação de apoio ao estudante.

Este atendimento e acompanhamento envolvem a orientação de procedimentos do curso, do perfil profissional, do currículo, acompanhamento nas definições e orientações do estágio curricular obrigatório, bem como nas questões de aproveitamento de estudos, reposição de atividades educacionais e atividades de estágio, dentre outras do cotidiano acadêmico.

A instituição prestará apoio constante às atividades de visitas técnicas, desenvolvimento de projetos de pesquisa pelo corpo docente, com a participação dos educandos.

Com a finalidade de auxiliar os alunos com dificuldades/defasagem de aprendizado serão desenvolvidas ações que podem compreender:

- **Monitorias:** algumas unidades curriculares contam com monitores (orientados pelo professor) para auxílio nos estudos extra sala dos alunos. Esta atividade, além de oferecer reforço de conteúdo, proporciona condições distintas de aprendizagem e iniciação profissional;
- **Horários de atendimento a discentes:** cada docente reserva, no mínimo, duas horas semanais (extra horário de aula) para atendimento aos alunos;
- **Grupos de estudos:** direcionados pelos professores das unidades curriculares, os grupos de estudos integram alunos que se reúnem para estudo, recuperação de conteúdos e desenvolvimento de projetos;

O IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Ibiá poderá contar com setores de acompanhamento e orientação dos educandos, sendo:

- **NAPNE:** visando atender os alunos com necessidades educacionais específicas, o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas tem como finalidade assegurar condições para o ingresso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos com necessidades específicas (deficientes, superdotados/altas habilidades e com transtornos globais do desenvolvimento) na Instituição de acordo com o Regulamento específico;
- **NAP:** o Núcleo de Apoio Pedagógico oferece atendimento individual e em grupo, especialmente nas questões pedagógicas, contribuindo para o desenvolvimento humano e melhoria do relacionamento entre alunos, pais e professores, beneficiando a aprendizagem e a formação do aluno;
- **NEABI:** o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas/IFTM deverá organizar atividades que contemplem os diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil;
- **Biblioteca:** auxilia nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de promover a democratização do conhecimento prestando os seguintes serviços: referência; orientação e /ou busca bibliográfica (manual e automatizada); comutação bibliográfica; empréstimo domiciliar; normalização bibliográfica; visita orientada; treinamento de usuários;
- **Assistência estudantil:** disponibiliza bolsas para os estudantes, por meio do Programa de Bolsas Acadêmicas que tem como finalidade oferecer bolsas a estudantes de cursos regulares

presenciais de nível médio, graduação e pós-graduação do IFTM. Há, ainda, o Programa de Assistência Estudantil, com a finalidade de conceder Auxílio Estudantil – apoio financeiro para participação em atividades e eventos fora da Instituição – e Assistência Estudantil com vistas à promoção do desenvolvimento humano, apoio à formação acadêmica e garantia da permanência dos estudantes dos cursos regulares presenciais do IFTM;

- **Coordenação de Registro e Controle Acadêmico:** oferece atendimento e orientação acadêmica, expedição de documentos, acesso eletrônico ao Portal do educando e aos documentos normatizadores do Instituto;
- **Coordenação de Pesquisa:** fomenta o desenvolvimento de projetos de pesquisas, sob a coordenação e orientação de docentes, oferecendo aos alunos a oportunidade de participarem destes projetos, além de oferecer subsídios para o acesso aos programas de Iniciação Científica de órgãos de fomento, como a Fapemig e o CNPq, bem como programas internos.
- **Coordenação de Extensão:** desenvolve ações de extensão que envolvem a participação dos alunos do curso;
- **Coordenação de Estágios e Acompanhamento de Egressos:** auxilia no encaminhamento dos alunos às empresas para estágios e é responsável por elaborar e manter atualizado o banco de dados de egressos dos cursos da Instituição, além de promover pesquisas e ações junto aos egressos que sirvam de subsídio ao aprimoramento dos currículos dos cursos.

Vale mencionar que o acompanhamento de egressos no *Campus* Patrocínio Polo Ibiá será realizado pela Coordenação de Acompanhamento de Egresso, através de um programa de cadastramento sistemático com informações sobre continuidade de estudos, inserção profissional no mercado de trabalho e outras informações de caráter pessoal. O programa de acompanhamento de egressos objetiva:

- Realizar o encaminhamento do egresso aos postos de trabalho a partir de solicitações das empresas;
- Promover a avaliação e a retroalimentação dos currículos com base em informações fornecidas pelos ex-alunos sobre as suas dificuldades e facilidades encontradas no mundo do trabalho;
- Organizar cursos de atualização que atendam a interesses e necessidades dos egressos, em articulação com as atividades de extensão.

16 COORDENAÇÃO DE CURSO

O Curso será administrado por um coordenador – profissional da área.

Coordenador do Curso: Professor Marcio Viana Rolim

Carga Horária: 40h/DE

Titulação: Mestrado em Administração.

A coordenação desempenha atividades inerentes às exigências do curso e aos objetivos e compromissos do IFTM – *Campus* Patrocínio Polo Ibiá, contando dentre outras, com as seguintes atribuições:

- a) Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias, Direção Geral do campus, Coordenação Geral de Ensino, Pesquisa e Extensão, Colegiado de Cursos e NDE;
- b) Promover o acompanhamento, a análise e a avaliação contínua e periódica dos cursos, em articulação com a Comissão Própria de Avaliação – CPA, o NAP, o Colegiado e o NDE, propondo as medidas necessárias à melhoria da qualidade do curso a partir dos resultados;
- c) Orientar e acompanhar os estudantes quanto à matrícula (renovação de matrícula), à realização de exames e de provas e à integralização do curso, bem como demais procedimentos acadêmicos;
- d) Analisar e emitir parecer sobre alterações curriculares, encaminhando-as aos órgãos competentes;
- e) Analisar e emitir pareceres acerca de processos acadêmicos e administrativos no âmbito do curso;
- f) Pronunciar sobre aproveitamento de estudo e adaptação curricular de estudantes, subsidiando o Colegiado de curso, quando necessário;
- g) Participar da elaboração do calendário acadêmico;
- h) Elaborar o horário do curso, em articulação com as demais coordenações;
- i) Convocar e presidir reuniões do curso e/ou colegiado e/ou do NDE;
- j) Presidir as reuniões do NDE e executar, em conjunto com os demais membros, as providências decorrentes das decisões tomadas;
- k) Orientar e acompanhar, em conjunto com o NAP, o planejamento e desenvolvimento das unidades curriculares, atividades acadêmicas e desempenho dos estudantes;
- l) Representar o curso junto a órgãos, conselhos, eventos e outros, internos e externos à Instituição;
- m) Coordenar, em conjunto com a equipe pedagógica, o processo de elaboração, execução e atualização do Projeto Pedagógico do Curso junto ao NDE;
- n) Analisar, homologar e acompanhar, em conjunto com o NAP, os planos de ensino das unidades curriculares do curso;
- o) Incentivar a articulação entre ensino, pesquisa e extensão no âmbito do respectivo curso;
- p) Analisar e emitir parecer sobre a aceitação de matrículas de estudantes transferidos ou desistentes ou portadores de graduação, de acordo com as normas vigentes;
- q) Implementar ações, em conjunto com o corpo docente, buscando subsídios que visem a permanente atualização do Projeto Pedagógico de Curso (PPC);
- r) Participar e apoiar a organização de atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, seminários, simpósios, cursos, dentre outras);
- s) Apoiar as atividades extraclasse inerentes ao curso (palestras, cursos, seminários, simpósios e demais eventos acadêmicos pertinentes) em conjunto

com a Coordenação de Extensão e NAP, constituindo comissões, se necessário;

t) Participar da organização e implementação de estratégias de divulgação da instituição e do curso;

u) Atuar de forma integrada com a Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA;

v) Propor ações de atualização do acervo bibliográfico e laboratórios específicos, bem como sua manutenção;

w) Implementar, de forma integrada com o corpo docente, ações para a atualização e a solicitação do acervo bibliográfico, laboratórios específicos e material didático-pedagógico;

x) Participar do processo de seleção dos professores e/ou tutores (especificamente para a EaD) que irão atuar no curso;

y) Verificar e apoiar o planejamento e a condução do estágio supervisionado dos estudantes, em conjunto com a coordenação de estágio e setores competentes;

z) Coordenar e articular a realização das atividades referentes aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), quando previsto no Projeto Pedagógico do Curso;

aa) Estimular, promover e acompanhar, em conjunto com o NAP, a formação continuada de professores, em consonância com os objetivos específicos do curso;

bb) Cadastrar, gerir, acompanhar e homologar os registros no Sistema Acadêmico, necessários para a integralização curricular dos estudantes durante o curso;

cc) Informar os recursos laboratoriais necessários e a bibliografia recomendada para o desempenho das atividades de ensino, pesquisa e extensão a serem implementadas no curso, acompanhando a devida aquisição;

dd) Zelar pelo cumprimento das normas internas da Instituição e da legislação vigente, no âmbito do curso e da área de conhecimento;

ee) Acompanhar, homologar, cadastrar e informar os dados necessários para os processos de regulação, de credenciamento institucional, de reconhecimento e de renovação do reconhecimento de curso, perante as instâncias superiores internas e externas;

ff) Executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afins ou lhe tenham sido atribuídas (IFTM, 2020a).

16.1 Equipe de apoio e atribuições: colegiado do curso, professor orientador de estágio, Núcleo de Apoio Pedagógico e coordenadores, professores.

16.1.1 Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP)

O Núcleo de Apoio Pedagógico é um setor que visa assegurar a implementação de políticas e diretrizes educacionais dos vários níveis/modalidades de ensino. De acordo com a Resolução 52/2013, de 27 agosto de 2013, que dispõe sobre a aprovação da Resolução *Ad*

Referendum 40/2013, o NAP é um setor que auxilia e assessora didático e pedagogicamente à Direção de Ensino, à Coordenação Geral de Ensino ou equivalentes, às coordenações de cursos, aos docentes e aos estudantes em todos os processos de ensino e aprendizagem. São algumas atribuições deste:

- I. Participar da elaboração, atualização e execução do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI e do Projeto Pedagógico Institucional – PPI;
- II. Zelar pela integração da formação acadêmica com a realidade social e o mundo do trabalho;
- III. Elaborar e desenvolver o Plano de Ação Pedagógica Anual apresentando-o à Direção de Ensino;
- IV. Implementar e desenvolver as atividades do Plano de Trabalho Anual do NAP;
- V. Apresentar à Direção de Ensino ou equivalente, ao final de cada ano letivo, um relatório das atividades desenvolvidas;
- VI. Participar da elaboração, implementação, avaliação e atualização dos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC;
- VII. Apoiar a implementação das mudanças educacionais decorrentes de publicações legais. (IFTM, 2011)

Este núcleo se propõe, ademais, a acompanhar as atividades acadêmicas, a apoiar docentes – no planejamento das atividades de ensino e na prática educacional – e a assessorar o Núcleo Docente Estruturante (NDE) e os colegiados de cursos.

16.1. 2 Colegiado de curso

De acordo com a Resolução 131/2011, de 19 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos cursos do IFTM, este se trata de um órgão deliberativo, normativo, técnico consultivo e de assessoramento. São algumas competências do colegiado:

- I. Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas emanadas do Conselho Superior, Reitoria e Pró-Reitorias e Direção Geral do campus;
- II. Apreciar, emitir parecer e encaminhar à análise e possível aprovação do Conselho Superior, as alterações propostas pelo NDE para adequações no Projeto Pedagógico do Curso, bem como no respectivo currículo do curso;
- III. Homologar, no início do período letivo, os planos de ensino das disciplinas, compatibilizando-os com o Projeto Pedagógico do Curso;
- IV. Promover sistematicamente e periodicamente avaliações do curso;

V. propor medidas para o aperfeiçoamento e integração do ensino, pesquisa, extensão e gestão do curso, tendo como referência os resultados da Comissão Própria de Avaliação – CPA;

VI. Propor medidas e normas referentes às atividades acadêmicas, disciplinares, administrativas e didático-pedagógicas necessárias ao bom desempenho e qualidade do curso no âmbito de cada campus;

VII. Analisar e definir a oferta de novas vagas e de vagas remanescentes do curso, para cada período letivo, e encaminhá-la à diretoria de ensino, dentro do prazo estabelecido no Calendário Acadêmico. (IFTM, 2011)

Além disso, observando-se as normas institucionais, o colegiado tem por finalidade o acompanhamento da implementação do projeto pedagógico, a proposição de alterações do currículo e o planejamento e avaliação de atividades acadêmicas referentes ao curso.

16.1.3 Professor orientador de estágio

De acordo com o Regulamento de estágio do IFTM, compete ao professor orientador:

I. Autorizar, juntamente com a coordenação de curso, a realização do estágio;

II. Orientar e avaliar o estudante desde a elaboração do plano de atividades de estágio até a apresentação oral;

III. Proceder ao acompanhamento do estágio conforme disposto no capítulo VI deste regulamento;

IV. Participar das reuniões com o coordenador e/ou o supervisor de estágio;

V. Assumir as funções de supervisor de estágio, quando do seu impedimento;

VI. Contribuir para a integração do IFTM/Campus com as concedentes de estágio;

VII. Avaliar as instalações da concedente de estágio.

17 CORPO DOCENTE

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	RT
Airton Martins de Andrade	Sistemas de Informação	Bacharel	Estatutário
César Augusto Alves Silva	Contabilidade	Técnico	Estatutário

Danuta Martins de Andrade	Português / Inglês	Especialista	Estatutário
Diego Marlon Assunção	Direito	Especialista	Estatutário
Gustavo Henrique de Oliveira Vilaça	Sistemas de Informação	Bacharel	Estatutário
Juliana Karina Nascimento	Engenharia de Produção	Bacharel	Estatutário
Katiúcia Aparecida dos Santos	Ciências Contábeis	Especialista	Estatutário
Mayara Silveira Araújo	Engenharia Elétrica	Bacharel	Estatutário
Paula Mayara da Silva	Sistemas de Informação	Bacharel	Estatutário
Rafael Luiz Gondim	Engenharia de Automação Industrial	Especialista	Estatutário
Thamilys Mykaela Machado	Administração	Especialista	Estatutário
Vicente Luiz da Silva Júnior	Ciências Biológicas	Especialista	Estatutário
Wagner Roger Silva	Engenharia de Automação Industrial	Bacharel	Estatutário

18 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Nível superior: 01

20h: 00

30h: 00

40h: 01

Nível intermediário: 00

20h:00

30h:00

40h: 00

Nível de apoio: 00

20h:00

30h: 00

40h:00

18.1 Corpo técnico administrativo

Doutor: 00

Mestre: 00

Especialista: 01

Aperfeiçoamento: 00
Graduação: 00
Médio Completo: 00
Médio Incompleto: 00
Fundamental Completo: 00
Fundamental Incompleto: 00
Total de servidores: 01

19 AMBIENTES ADMINISTRATIVO-PEDAGÓGICOS RELACIONADOS AO CURSO

19.1 Salas

DEPENDÊNCIAS	QUANTIDADE	ÁREA (M²)
Salas de aula	07	60
Salas de professores	00	00
Salas de estudos	01	70
Auditório	00	00
Secretaria	01	12
Biblioteca	01	70
Laboratórios	02	75

19.2 Biblioteca

Entende-se que o conhecimento construído ao longo do tempo, especialmente sistematizado em livros e outras fontes de informação, deve ser objeto de pesquisa, estando

disponível para colaborar com a construção do aprendizado e atividades estudantis e profissionais.

Nesse sentido, a biblioteca do IFTM - *Campus* Patrocínio Polo Ibiá conta com acervo compartilhado com o Colégio Árcade de Ibiá, além dos exemplares dispostos, a biblioteca conta com apostilas e revistas doadas pelo Campus Patrocínio.

A biblioteca do Polo Ibiá do IFTM - *Campus* Patrocínio atende aos alunos, técnicos e docentes, em horário regular de aula.

19.3 Laboratórios de formação geral

O IFTM *Campus* Patrocínio Polo Ibiá possui 2 laboratórios de informática para pesquisa e outras formas de estudos relacionados às disciplinas ou a outras dimensões de interesse e necessidades de formação dos educandos, dispondo de salas equipadas com computadores conectados à internet e interligados em rede, possuindo também nobreaks, impressoras e projetor multimídia.

19.3.1 Laboratório de Informática

O Laboratório de Informática possibilita a instrumentalização do discente com ênfase na área de atuação, favorecendo a obtenção de informações, registro e manipulação de dados, bem como a produção de conhecimentos, competências indispensáveis à inserção do discente no mundo do trabalho e à formação humana.

LABORATÓRIO 01 – INFORMÁTICA	
DESCRIÇÃO	QTD.
Computador Dell: Processador Intel Core 2 Duo, Memória RAM 2,00GB, HD 300 GB, Teclado, Mouse e Monitor Dell 14"	44
Estabilizador	32
Switch	2

Quadro negro	1
Bancada	6
Cadeira	34

LABORATÓRIO 02 – MANUTENÇÃO

DESCRIÇÃO	QTD.
Computador Multilaser: Processador Intel Dual Core, 2700Mhz, Memória RAM – DIMM 2,00Gb, HD 250GB, Teclado, Mouse e Monitor LCD 14'	34
Estabilizador	6
Placas mães diversos modelos queimadas (para demonstração)	10
Placas de vídeo diversos modelos queimadas (para demonstração)	3
Discos rígidos diversos modelos queimados (para demonstração)	10
Kit de ferramentas com 1 chave Philips de 1/8x4, 1 chave de fenda 1/8x1, pinça.	35
Processadores diversos modelos queimados (para demonstração)	8
Memórias diversos modelos queimados (para demonstração)	5

20 RECURSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

ITEM	QUANTIDADE
Projektor Multimídia	06

21 DIPLOMAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

Em conformidade com a legislação vigente, cabe à Instituição de Ensino expedir históricos escolares, declarações de conclusão de série e diplomas ou certificados de conclusão de cursos, com especificações cabíveis.

Os certificados de técnico indicam o correspondente título de técnico na respectiva habilitação profissional, mencionando a área que se vincula.

Os históricos escolares, que acompanham os certificados e diplomas, indicam, também, as competências definidas no perfil profissional de conclusão do curso.

Para obter a certificação de Técnico em Agronegócio, do eixo tecnológico Gestão e Negócio, o educando deverá ser aprovado em todas as Unidades Curriculares, equivalente à carga horária de 1.200 horas e cumprir o estágio curricular supervisionado com carga horária mínima de 100 horas, totalizando 1.300 horas.

REFERÊNCIAS

LIBÂNEO, José Carlos. **O sistema de organização e gestão da escola.** In: LIBÂNEO, José Carlos. *Organização e Gestão da Escola - teoria e prática.* São Paulo, Heccus, 2013.

IFTM. **Resolução 131/2011, de 19 de dezembro de 2011:** Dispõe sobre a aprovação do Regulamento do Colegiado dos Cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 16 nov. 2020.

IFTM. **Resolução nº 52/2013, de 27 de agosto de 2013:** Regulamento do Núcleo de Apoio Pedagógico dos *Campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro – IFTM. Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 16 nov. 2020.

IFTM. **Resolução nº 028, de 23 de abril de 2015.** Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum nº 06/2015, que versa sobre a revisão/atualização do regulamento das atividades complementares dos cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 27 ago. 2020.

IFTM. **Resolução nº 017, de 20 de maio de 2020.** (2020a) Dispõe sobre a aprovação da Resolução Ad Referendum n. 71/2019 que versa sobre a revisão do Regimento Interno do *Campus* Patrocínio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro. Disponível em: <https://iftm.edu.br/aceso-a-informacao/institucional/regimentos/download/Patroc%C3%ADnio.pdf> Acesso em 26 ago. 2020.

IFTM. **Resolução “Ad Referendum” MEC/IFTM nº 45 de 09 de outubro de 2020:** Dispõe sobre o regulamento de estágio dos cursos técnicos de nível médio e graduação (tecnólogos e bacharelados) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM). Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 16 nov. 2020.

IFTM. **Resolução nº 047, de 20 de maio de 2020.** (2020b) Dispõe sobre alterações no Regulamento da Organização Didático-Pedagógica dos Cursos Técnicos - Resolução n. 76/2019. Disponível em: <https://iftm.edu.br/conselho-superior/resolucoes/> Acesso em 27 ago. 2020.

PACHECO, E. M. **Institutos federais:** uma revolução na educação profissional e tecnológica. São Paulo: Moderna, 2011.

QUEVEDO, Margarete de. **Verticalização nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia:** concepção(ões) e desafios no IFRS / Margarete de Quevedo. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.